

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA
LINGUAGEM

RENAN DE MIRANDA ANDRADE

LITERATURA CABO-VERDIANA: a identidade cultural em obras literárias da
segunda metade do século XX

Mariana

2018

RENAN DE MIRANDA ANDRADE

LITERATURA CABO-VERDIANA: a identidade cultural em obras literárias da
segunda metade do século XX

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Letras:
Estudos da Linguagem - Linha de pesquisa:
Linguagem e Memória Cultural do Instituto de
Ciências Humanas e Sociais da Universidade
Federal de Ouro Preto como parte dos
requisitos à obtenção do título de Mestre em
Letras.

Orientadora: Prof^ª Kassandra da Silva Muniz

Mariana
2018

A5531

Andrade, Renan.

Literatura Cabo-verdiana [manuscrito]: a identidade cultural em obras literárias da segunda metade do século XX / Renan Andrade. - 2018. 76f.:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kassandra Muniz.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Características nacionais cabo-verdianas. 2. Identidade social. 3. Claridade (Revista). 4. Miscigenação. 5. Literatura cabo-verdiana. I. Muniz, Kassandra. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 821.134.3(665.8)043.3

Catálogo: www.sisbin.ufop.br



RENAN DE MIRANDA ANDRADE

***FORMAÇÃO DA LITERATURA CABO-VERDIANA: INFLUÊNCIAS DO
CONTEXTO POLÍTICO-IDENTITÁRIO SOBRE AS OBRAS LITERÁRIAS
DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, linha de pesquisa Linguagem e Memória Cultural. Aprovada em 03 de julho de 2018 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz
(Orientadora da pesquisa)
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Prof. Dr. Emilio Carlos Roscoe Maciel
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Profa. Dra. Simone Caputo Gomes
Universidade de São Paulo – USP

*Há uma palavra que Manuel Bandeira descobriu
um dia na poesia
e que poeta algum poderá mais empregar
porque ele só ficou sabendo
o seu sentido exacto
e o simples segredo da sua expressão.*

*Palavra que não é Passárgada
não é Primeva
não é nenhuma das suas
desconcertantes fantasias de evasão lírica.*

Palavra profundamente.

*Para a alegria de duas mãos dadas
na terça-feira do Carnaval
para a saudade do Mário de Andrade ausente
para o sono
de Totónio Rodrigues
de Tomásia
de Rosa.*

Poeta algum poderá mais empregá-la.

*Enquanto isso Manuel Bandeira vai passando
por nós no tempo
na sua alegria melancólica
na sua alegria de coração apertado
vai passando na sua
poesia profundamente.*

(Jorge Barbosa)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e a toda minha família que sempre contribuíram com confiança e apoio nos momentos mais difíceis.

À Universidade Federal de Ouro Preto, instituição à qual estou ligado há tanto tempo e pela qual serei grato por toda a vida.

À minha orientadora Kassandra, pela paciência, dedicação e ajuda inestimável que possibilitaram a conclusão desta dissertação.

Aos professores e colegas do mestrado que sempre estimularam boas discussões e aprofundaram ideias e conceitos.

À banca examinadora, Dr^a Simone Caputo, Dr. Emílio Maciel e Dr. Kassandra Muniz, pelos importantes apontamentos e pela verdadeira aula sobre Cabo Verde e literatura. Muito obrigado!

Aos amigos e amigas da Masmorra, que acompanharam de perto a minha trajetória nem sempre linear.

À Viviane, que me convenceu a me inscrever e a começar o mestrado.

Aos que me acompanharam em um ou outro momento dessa jornada: Milico, Ulisses, Dentinho, Elmer, Zach, Iuri, William, Borat e Toninho.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a realizar uma apresentação do processo histórico da formação da identidade cultural cabo-verdiana, após o que tenta verificar elementos e influências dessa mesma identidade em algumas obras literárias escritas nas ilhas no decorrer do século XX, época em que se verifica grande crescimento e diversificação da literatura produzida em Cabo Verde, em especial a partir de 1936, data da publicação da revista *Claridade*, um verdadeiro marco literário dentro do arquipélago. A literatura de Cabo Verde esteve associada, em diferentes momentos, a três polos principais de referência: Portugal, Brasil e o continente africano. A alternância entre essas zonas de referência não se deu por razões puramente estéticas ou literárias, há também a presença de importantes componentes históricos e políticos, como o processo de colonização e o ideário de mestiçagem, que serão abordados ao longo desta dissertação numa tentativa de encontrar reflexos desses e outros processos em livros publicados no arquipélago. As obras selecionadas para análise foram: *Chiquinho*, romance de autoria de Baltasar Lopes; *Os Flagelados do Vento Leste*, de Manuel Lopes; *Vida e Morte de João Cabafume*, coletânea de contos assinados por Gabriel Mariano; e *A Saga das As-secas e das Graças de Nossa Senhora*, escrita por Onésimo Silveira.

Palavras Chave: Cabo Verde; identidade cultural; *Claridade*; miscigenação; literatura cabo-verdiana; reafrikanização.

ABSTRACT

We propose to present a historical process of the formation of Cape Verdean cultural identity, after which we try to verify elements and influences of this same identity in some literary works written in the islands during the 20th century, a time when there was a great growth and diversification of the literature produced in Cape Verde, especially since 1936, the date of the publication of the magazine *Claridade*, a true literary landmark within the archipelago. The literature of Cape Verde was associated, at different times, with three main reference points: Portugal, Brazil and the African continent. The alternation between these reference areas was not due to purely aesthetic or literary reasons, there are also the presence of important historical and political components, such as the colonization process and the ideology of miscegenation, which will be approached throughout this paper in an attempt to find reflections of these and other processes in books published in the archipelago. The works selected for analysis are: *Chiquinho*, novel by Baltasar Lopes; *Os Flagelados do Vento Leste*, by Manuel Lopes; *Vida e Morte de João Cabafume*, a collection of short stories signed by Gabriel Mariano; and *A Saga das As-Secas e das Graças de Nossa Senhora*, written by Onésimo Silveira.

Keywords: Cabo Verde; cultural identity; Claridade; miscegenation; Cape Verdean literature; reafrikanization.

Sumário

Introdução	1
Fundamentação teórica.....	4
De Cabo Verde	4
Da identidade cultural.....	16
Da literatura cabo-verdiana.....	25
Metodologia e análise das obras literárias	34
Chiquinho.....	36
Os flagelados do vento leste.....	46
Vida e morte de João Cabafume	54
A saga das as-secas e das graças de Nossenhora.....	60
Considerações finais	69
Bibliografia.....	73

Introdução

Esta dissertação procura investigar os impactos da formação identitária da população de Cabo Verde nas obras literárias produzidas naquele país, bem como possíveis influências da literatura na formação da identidade cultural do povo cabo-verdiano. A intenção é analisar algumas produções literárias tendo como pano de fundo os processos históricos e políticos vivenciados pelo arquipélago, principalmente ao longo do século XX, época de grandes alterações nas dinâmicas sociais no mundo como um todo e em especial em Cabo Verde, que viu surgir diferentes abordagens a respeito do indivíduo cabo-verdiano no longo processo que levou as ilhas à independência, com consequente formação de uma nova identidade nacional. Por essa razão será dada uma certa centralidade ao desenvolvimento histórico de Cabo Verde no decorrer dessa dissertação, a fim de clarificar determinadas noções que fizeram e ainda fazem parte do imaginário coletivo cabo-verdiano.

Desde a descoberta das ilhas até o início do século XX, os intelectuais cabo-verdianos tinham a África como uma espécie de potência adormecida, pelo que vigorou no arquipélago, durante os primeiros séculos a partir do descobrimento, uma identidade cultural referenciada basicamente em Portugal, a despeito da posição geográfica do arquipélago. Posteriormente, uma identidade atlântica, sob os pressupostos da ideia de mestiçagem, tomou forma e ganhou força na década de 1930, mesmo período em que uma nova literatura, com características mais marcadamente cabo-verdianas, desabrochava no enalço da revista *Claridade*, sob forte influência do modernismo nordestino que na mesma época crescia em importância no Brasil. Após essa tendência liderada pela *Claridade*, o panorama político em meio aos movimentos de descolonização da África favoreceu uma busca por referências dentro do próprio continente africano, procurando bases em suas tradições e em sua realidade singular frente ao mundo.

Compreender como a literatura pode influenciar a identidade de um povo, e *vice-versa*, nos ajuda a dimensionar o papel que a literatura desempenha na vida de uma determinada população e como ela pode ajudar a traçar

elementos fundamentais capazes de fornecer pistas sobre o futuro próximo de todo um povo ou nação.

Em resumo, esta pesquisa pretende inserir-se nos estudos sobre a importância da literatura para e na formação das identidades culturais, e possui como objeto o desenvolvimento concomitante da identidade nacional cabo-verdiana e de uma literatura autêntica daquele país, tomando como principais pontos balizadores a proximidade temporal entre o movimento conhecido como “*Clairidade*” e o desenvolvimento de uma identidade cultural baseada no conceito de mestiçagem, período fortemente influenciado pelas ideias do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, e o posterior abandono da noção de pátria mestiça em prol de uma tentativa de reaproximação com o continente africano e com a identidade negra. O objetivo central é compreender, pela análise de algumas produções literárias cabo-verdianas de diferentes autores e períodos ao longo do século XX, o processo de formação de uma identidade cultural e, principalmente, o impacto que esse processo sofreu ou exerceu sobre a literatura local, particularmente no que tange às temáticas que permeiam as obras e às situações e dificuldades da vida cotidiana retratadas pelos autores.

Ao se pensar literatura e identidade cultural, cabe ressaltar duas afirmações de Antonio Candido que se mostraram verdadeiros postulados na confecção deste trabalho; a primeira:

Cada literatura requer tratamento peculiar, em virtude dos seus problemas específicos ou da relação que mantém com outras. A brasileira é recente, gerou no seio da portuguesa e dependeu da influência de mais duas ou três para se constituir. (CANDIDO, 2000, p. 9)

No caso da literatura produzida no arquipélago cabo-verdiano, além de suas peculiaridades específicas, ela, assim como a brasileira, foi gerada no seio da portuguesa e dependeu fortemente de inspirações da literatura produzida no Brasil, em especial no nordeste brasileiro, para se constituir e tomar forma. A outra afirmação:

Há literaturas de que um homem não precisa sair para receber cultura e enriquecer a sensibilidade; outras, que só podem ocupar uma parte da sua vida de leitor, sob pena de lhe restringirem irremediavelmente o horizonte. (CANDIDO, 2000, p. 9)

Essa segunda afirmação é fundamentalmente importante porque diz respeito às influências externas necessárias à formação da literatura de Cabo Verde. Pois enquanto um escritor francês ou inglês de meados do século XX poderia se enriquecer culturalmente e esteticamente apenas voltando os olhos para a rica literatura até então produzida na França ou na Inglaterra, seu contemporâneo cabo-verdiano teria uma experiência literária dramaticamente restrita se se recusasse a buscar inspirações e referências em outros lugares que não o arquipélago. E essa busca externa de fato aconteceu, se concentrando principalmente em Portugal e no Brasil, por razões que serão analisadas a longo desta dissertação.

Fundamentação teórica

De Cabo Verde

Cabo Verde, juntamente com os arquipélagos das Canárias, Madeira e Açores, compõe a Macaronésia, um conjunto de ilhas à oeste da África e relativamente próximas à Europa. Desses quatro arquipélagos da Macaronésia, apenas Cabo Verde buscou e conquistou independência política, constituindo uma nação própria. Madeira e Açores, até os dias atuais, são parte da República Portuguesa e as ilhas Canárias fazem parte do Reino da Espanha, ainda que todos esses três arquipélagos funcionem como regiões autônomas, dispondo de alguma liberdade política e administrativa em relação aos países nos quais estão inseridos. É difícil precisar exatamente quais fatores levaram Cabo Verde a se distanciar politicamente do restante da Macaronésia, mas a resposta certamente passa pela identidade cultural diferenciada existente em Cabo Verde, motivada principalmente por aspectos étnicos, uma vez que, por ser o arquipélago mais ao sul e, portanto, o mais próximo das regiões escravistas da costa ocidental da África subsaariana, foi mais intensamente utilizado como entreposto comercial para as rotas destinadas à América durante o período da escravidão, além de ser considerado mais hostil ao estilo de vida europeu em termos climáticos, formando assim uma população completamente distinta daquelas dos arquipélagos mais ao norte no que diz respeito à proporção europeu *versus* africano.

O clima de Cabo Verde, assim como a carência de recursos naturais e a distância relativamente grande que separa o arquipélago da então metrópole inibiram a migração em massa de brancos, principalmente de mulheres, um fator que agiu como incentivador da miscigenação e acabou por contribuir para a diferenciação da colonização de Cabo Verde quando comparada à colonização do restante da Macaronésia, que foi povoado majoritariamente por colonos europeus. A respeito da dificuldade em convencer famílias portuguesas a se estabelecerem em Cabo Verde, o historiador António Carreira cita uma carta de privilégios de 1466, poucos anos após a descoberta das ilhas:

...haverá quatro anos que ele [D. Fernando] começara a povoar a sua ilha de Santiago que é através do Cabo Verde e que por ser tão alongada de nossos reinos a gente não quer a ela ir viver senão com mui grandes liberdades e franquezas... (1983, p. 33)

Esse pequeno trecho da carta já deixa claro que as famílias portuguesas só aceitariam se estabelecer no arquipélago se recebessem benefícios por vezes maiores do que a administração colonial estava disposta ou era capaz de oferecer. A exclusividade do uso de determinadas rotas comerciais com algumas regiões da costa africana é um exemplo do tipo de regalia exigida pelos colonos em potencial.

A ausência de colonos tradicionais em Cabo Verde, aqueles que deveriam, em tese, se estabelecer com toda sua família no novo território, reproduzindo o estilo de vida a que estavam acostumados na Europa, é um dos principais gatilhos para a miscigenação entre europeus e africanos, que nos séculos vindouros se tornaria em elemento central para o desenvolvimento social do arquipélago e do ainda não descoberto Novo Mundo, principalmente nas regiões tropicais, que pelas diferenças climáticas e geográficas eram demasiado hostis aos costumes e modos de vida europeus. Essa hostilidade pode ser melhor compreendida se se considerar o quão complicado era reproduzir em solo tropical as mais banais e rotineiras atividades desempenhadas na vida cotidiana europeia; no tocante à medicina, o aspirante à colono não tinha nenhuma resistência natural e não conhecia nenhum método eficaz de tratamento das mais diversas – e comuns – doenças tropicais, que acabavam por dizimar as famílias europeias, especialmente seus membros mais frágeis, idosos e crianças. No campo da agropecuária, numa época anterior à revolução verde, portanto sem insumos e técnicas agrícolas mais avançadas, e principalmente sem o conhecimento pleno do funcionamento das estações do ano e variações sazonais nas proximidades da linha do equador, o colono se via impossibilitado de cultivar ou criar nos trópicos as plantas e os animais que compunham a base de sua dieta na Europa. Até mesmo as vestimentas utilizadas no velho continente não se mostravam adequadas às condições da vida nos trópicos. Eventualmente, com

o passar do tempo, o europeu conseguiu aprender a se adaptar ao clima tropical, trocando a ovelha pela cabra, o vinho por cachaça ou rum, o trigo pela mandioca, o cavalo pelo jumento e assim por diante. Mas até que adaptações desse tipo se desenvolvessem ao cabo de possibilitar algum conforto àqueles que se arriscavam a abandonar a velha Europa, a hostilidade dos trópicos era pujante, afastando dessas regiões mulheres, crianças e idosos; atraindo apenas aventureiros mais interessados em se enriquecer rapidamente e retornar às metrópoles que propriamente em estabelecer uma nova vida nessas novas terras. O alto nível de miscigenação nas regiões tropicais, inclusive em Cabo Verde, é uma consequência direta dessa realidade. Gerhard Seibert, versando sobre a mistura de raças nos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ambos na costa ocidental da África e próximos à linha do equador, assinala:

Os dois arquipélagos foram os primeiros territórios em que europeus e africanos conviveram permanentemente. Devido à ausência de mulheres brancas, a união entre homens europeus e escravas africanas era frequente. A mestiçagem, biológica e cultural, entre brancos e negros nos dois arquipélagos resultou na emergência das sociedades crioulas. (2014, p. 41)

O entendimento desses fatores diversos e dessas dificuldades em se colonizar regiões com diferenças geográficas e principalmente climáticas com relação ao continente e à realidade europeia é crucial para a compreensão dos diferentes modelos e exemplos de colonização existentes no período das grandes navegações; sendo, portanto, fundamental para se analisar o desenvolvimento histórico e cultural de Cabo Verde, que é um dos temas centrais desta dissertação.

Cabo Verde consiste em um conjunto de ilhas no Oceano Atlântico a pouco mais de quinhentos quilômetros da costa ocidental da África, na altura de Senegal; é formado por dez ilhas vulcânicas, das quais nove são habitadas, e mais vários ilhéus de menor tamanho. Sua capital é a cidade de Praia, localizada na ilha de Santiago. O arquipélago totaliza uma superfície de

aproximadamente 4.035 quilômetros quadrados, com uma população estimada em 530 mil habitantes. O país é dividido em duas macrorregiões: *Barlavento*, da qual fazem parte as ilhas mais ao norte: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; e *Sotavento*, que é composta pelas ilhas mais ao sul: Brava, Fogo, Santiago e Maio. Sobre as especificidades gerais das ilhas, as maiores são Santiago e Santo Antão; a ilha de Santa Luzia é a única desabitada e existe um vulcão ativo na ilha do Fogo que atinge 2829 metros de altitude, o ponto mais alto de Cabo Verde.

Apesar de a maior parte da população do arquipélago ter origens africanas, o espectro cultural das ilhas é drasticamente influenciado por valores europeus, o que explica cerca de 85% dos habitantes professarem a fé católica¹ e boa parte da elite intelectual realizar seus estudos integral ou parcialmente em Portugal, realidade dominante principalmente durante o período colonial, quando traziam consigo da metrópole novidades culturais, tendências artístico-literárias e ideais políticos que posteriormente se espalhavam pelo restante da população, afastando o arquipélago da África e o aproximando da Europa culturalmente e em termos de organização institucional. Muito por isso, apesar de quase a totalidade da população falar o crioulo cabo-verdiano, o português ainda é a língua oficial, ensinada nas escolas e usada na administração pública e na maioria das publicações jornalísticas e acadêmicas.

Considerando o processo histórico da formação de Cabo Verde, não é possível entender a identidade cabo-verdiana sem levar em conta mais dois aspectos centrais: o fato de que as ilhas não eram habitadas antes da chegada dos portugueses em 1460 e o grande período de tempo em que Cabo Verde permaneceu na condição de colônia de Portugal, só alcançando a independência em 1975.

Existe um pouco de controvérsia a respeito do primeiro aspecto: alguns historiadores defendem que existiam mapas no início do século XV que já apontavam para a existência de ilhas à oeste da costa de Senegal, e que essas ilhas poderiam ter sido visitadas com alguma constância pelas populações

¹Dados de pesquisas informais feitas pelas congregações religiosas locais. Fonte: Departamento de Estado dos EUA - <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2007/90087.htm> (acesso em 10/08/2016 13:19).

costeiras da África em busca de peixes e de sal, além de as ilhas poderem ter abrigado pequenos grupos de náufragos senegaleses. Porém, a versão mais comumente aceita é a de que não havia população enraizada no arquipélago que pudesse configurar algum tipo de povoamento². Esse primeiro aspecto influenciou drasticamente na identidade cultural da população cabo-verdiana ao quebrar antigos vínculos étnicos ou territoriais daqueles que foram, em geral forçosamente, levados a compor o conjunto dos habitantes do arquipélago. Sem a referência de antepassados ou de ritos e processos comunitários, foi preciso criar uma nova identidade quase que a partir do zero, sob influência não tanto de costumes ancestrais africanos, mas principalmente da cultura portuguesa, o que explicaria em parte a forte tentativa de afastamento da África e consequente aproximação com a Europa que caracterizou por um bom período os processos políticos e identitários de Cabo Verde desde o seu descobrimento. Nas palavras de Seibert:

No âmbito da expansão portuguesa em África, o processo da crioulização em espaços insulares anteriormente desabitados foi bem diferente dos processos de aculturação de elementos ocidentais nas sociedades continentais. No último caso, tratou-se da interação entre europeus e as sociedades já existentes, enquanto nas ilhas, desabitadas, a expansão marítima esteve na base da origem de novas sociedades. (2014, p. 45)

Talvez esse mesmo aspecto possa ajudar a elucidar a afirmação comumente reproduzida de que a identidade cabo-verdiana é bastante homogênea, embora conte com algumas diversificações regionais e diaspóricas, essas últimas devido às grandes forças que favoreciam a emigração que sempre existiram em Cabo Verde, como as próprias dificuldades oriundas da seca e da fome. Segundo Laranjeira:

²MARTINS, Amarilis Barbosa. Relações Entre Portugal e Cabo Verde Antes e Depois da Independência. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.

A maioria da população de Cabo Verde que está no arquipélago – talvez não tanto a da diáspora, sobretudo a das gerações descendentes – possui uma identidade cultural bastante homogênea e de assinalável coesão, em que a aprendizagem da língua caboverdiana matricial e das primeiras letras em português (ou noutra língua, no caso da emigração) estabelecem uma matriz cultural genérica sobre a qual assentam diversificações regionais e locais ou diaspóricas. (RIBEIRO, JORGE (org), 2011, p. 18)

O segundo aspecto, o tempo relativamente longo em que Cabo Verde permaneceu enquanto colônia de Portugal, mais de meio milênio, também influiu maciçamente na identidade cabo-verdiana porque, ao contrário das colônias continentais, onde a ingerência portuguesa, principalmente nas primeiras décadas - ou mesmo nos primeiros séculos - de colonização, se restringia a determinadas áreas do território (notadamente as regiões costeiras e os entornos dos rios navegáveis), em Cabo Verde o domínio português se fez irrestrito e absoluto em toda a extensão do arquipélago, alcançando a totalidade da população desde o momento de sua descoberta. Enquanto no continente africano havia algum espaço para a sobrevivência de antigos ritos e tradições sem maiores interferências portuguesas, o que preservava em alguma medida identidades ancestrais, em Cabo Verde a interferência colonial se fazia sentir em cada aspecto da vida diária.

A tamanha influência de Portugal sobre a vida cotidiana nas ilhas fez com que a população de Cabo Verde, principalmente as elites, se visse ocupando um território que guardava diferenças no plano cultural com as demais colônias continentais, e essa ingerência maior poderia sustentar a ideia de que, embora geograficamente pertencente à África, o arquipélago não seria propriamente africano, mas sim uma extensão do império português em algum ponto entre a Europa e o continente negro.

É vulgar verem-se desembarcar nestas ilhas africanas (...) estrangeiros, sedentos de exotismos, com aquela doentia curiosidade de quem pisa terras de África e, por

consequente, terras de mistério, e que (...) tornam a embarcar desiludidos e azedos, porque nada de novo colheram, (...) não assistiram sequer a uma sessão de magia negra. (LOPES, 1936, p.5)

Soma-se a essa distância entre a realidade de Cabo Verde e a realidade africana – pelo menos aquela imaginada pelos estrangeiros como apontado na citação acima – outro fator que contribuiu ainda mais para a ideia de que o arquipélago não pertencia à África: as altas taxas de emigração dentro da população cabo-verdiana, o que acabava por aproximar as pessoas do arquipélago, pelo contato com familiares, amigos ou conhecidos emigrados, a outras culturas ao redor do mundo, destacadamente à cultura norte-americana, destino de parte significativa dos emigrados.

A força da emigração na formação identitária de Cabo Verde, principalmente a emigração para a América e para Portugal, não pode deixar de ser levada em conta também numa tentativa de se compreender como se deu a formação de um núcleo intelectual cabo-verdiano que viria a impactar drasticamente a produção literária e cultural do arquipélago. Devido às interdições sócio raciais que privilegiavam as categorias que mais tarde viriam a ser chamadas de brancos do reino e brancos da terra, Anjos aponta:

Desde o século XVII, a mobilidade social das famílias não-brancas se dá pela emigração, sobretudo para os EUA, que possibilita uma poupança frequentemente investida em atividades comerciais nas ilhas, após o retorno. (ANJOS, p. 33, 2006).

A diáspora cabo-verdiana é tão forte, tanto imaginário popular quanto na vivência prática do dia a dia, que existe na organização política do país um Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades³. Embora a quantidade de cidadãos cabo-verdianos que se mudam em definitivo para outros países esteja a diminuir ao longo do tempo, essa dinâmica de ir para outra nação trabalhar e remeter os ganhos para os familiares que persistem no arquipélago,

³ <http://www.governo.cv/index.php/elenco-governamental>. Acesso em 29/11/2017 às 03:23.

ou conseguir recursos para tirá-los de lá, cumpriu um papel central na construção da identidade cultural do arquipélago e deixou marcas visíveis na literatura, como se verá ao longo da análise das obras mais adiante nesta dissertação. Eis um trecho de um estudo publicado pela Organização Internacional para as Migrações intitulado “Migração em Cabo Verde – Perfil Nacional 2009”:

Cabo Verde é frequentemente referido por ter uma população a viver no exterior que excede o número de residentes no país. Este facto resulta dos diversos períodos de emigração que tem conhecido ao longo da história e que Carreira (1977) divide em três fases. A primeira, entre 1900 e 1926, com destino sobretudo para os Estados Unidos. A segunda, de 1927 a 1945, cujo destino são países da América Latina e África, entre os quais o Brasil e a Argentina, por um lado, e por outro, o Senegal, a Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola. É nessa altura que Portugal começa a destacar-se como destino. A terceira e última fase, 1946-1973, é assinalada pela viragem para a Europa em direcção a países como a Holanda, França, Luxemburgo, Itália e Suíça. Estes países permanecem os principais destinos da emigração cabo-verdiana, a par dos Estados Unidos, Espanha e Angola. (OIT, p. 28, 2010)

É interessante e importante ressaltar, dentro dos objetivos desta dissertação, que o aumento da emigração com destino ao Brasil acontece justamente na fase compreendida entre 1927 e 1945, período em que a literatura cabo-verdiana começa, explicitamente através da revista *Claridade*, a absorver influências do movimento modernista brasileiro, sobretudo entre os autores nordestinos, região do Brasil que guarda maiores similaridades climáticas e culturais com Cabo Verde, o que corrobora a visão de que a situação política e econômica de um país ou região impacta diretamente o tipo e a qualidade da produção literária e cultural desse mesmo país ou região.

As diversas distinções entre Cabo Verde e as demais colônias portuguesas na África, resumidas para efeito didático naqueles dois aspectos singulares ao arquipélago mencionados mais acima: o fato de as ilhas não serem habitadas por seres humanos antes da descoberta pelos portugueses e o grande período de tempo em que Cabo Verde permaneceu na condição de colônia do Império Português, geraram um processo identitário em que os elementos culturais do arquipélago e de seu povo assumiriam uma posição de comparabilidade com o continente africano, primeiro em um movimento de distanciamento, marcado pela ideia de que Cabo Verde seria “mais civilizado” que a África continental e, por esse motivo, faria mais sentido considerar o arquipélago uma extensão ultramarina de Portugal, contando com forte presença de instituições portuguesas no sistema de administração pública, e, principalmente, contando com referências culturais portuguesas; desde referências literárias e intelectuais até as práticas religiosas, passando, claro, pela manutenção do português como idioma oficial. Depois, já na metade final do século XX, o movimento de distanciamento se converteu em uma relação de proximidade ou pertencimento ao continente, principalmente quando da chegada do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) ao poder. O PAIGC foi fundado em 1956 e engajou-se na luta armada contra a colonização portuguesa na Guiné Bissau e em Cabo Verde (embora o PAIGC não tenha se envolvido em confrontos diretos no arquipélago) até 1974, quando a Revolução dos Cravos deu fim ao regime do Estado Novo em Portugal e possibilitou um caminho pacífico, ou pelo menos não tanto conturbado, para a independência das colônias:

Em 1966, pensa-se que cerca de metade do território da Guiné-Bissau estava sob seu (PAIGC) controlo e intensificou-se então a reorganização económica, social e política destes territórios, as chamadas “regiões libertadas”. Foi também preparado um plano de invasão militar do arquipélago de Cabo Verde com o apoio do governo cubano, apoio este que foi retirado após a morte do comandante Che Guevara na Bolívia. Os quadros cabo-verdianos passaram então a intervir de forma mais direta no terreno de guerra guineense, a partir de 1968.

No ano de 1972, organizaram-se eleições nas “regiões libertadas” da Guiné-Bissau, com vista à constituição da Assembleia Nacional Popular, que devia proclamar unilateralmente a independência do país. Esta proclamação foi feita a 24 de setembro de 1973, após o assassinato do líder histórico do PAIGC, Amílcar Cabral, a 20 de janeiro do mesmo ano, em Conakry. A independência da Guiné-Bissau foi então reconhecida pela maioria dos países da ONU. Alguns meses mais tarde, a 25 de Abril de 1974, houve um golpe de Estado militar em Portugal, que viabilizou as negociações com vista à independência de Cabo Verde, levadas a cabo pelos governos provisórios em Portugal. (COUTINHO, 2012, p. 1)

Mais recentemente, após a adesão ao multipartidarismo no começo da década de 1990 que culminou com a vitória da oposição ao PAICV⁴ (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), o arquipélago tem se alinhado de forma bastante explícita com as nações do Atlântico Norte, tendência perfeitamente ilustrada pela adoção de uma nova bandeira: se durante o governo do PAICV a bandeira cabo-verdiana exibia as cores do pan-africanismo: verde, amarelo e vermelho - extraídas da bandeira da Etiópia, uma das poucas regiões africanas que não se dobraram ao colonialismo europeu, atraindo por isso a admiração dos movimentos independentistas; cores que ainda hoje figuram nas bandeiras de grande parte das nações africanas -, a partir dos anos 90, a bandeira de Cabo Verde passou a ostentar um círculo de estrelas amarelas, representando as dez ilhas que formam o arquipélago, sobre um fundo nas cores azul, branco e vermelho, com predominância do azul. Não por acaso, essas são as mesmas cores da bandeira dos Estados Unidos da América e a disposição das estrelas amarelas, em círculo sobre um fundo predominantemente azul, é a mesma disposição encontrada na bandeira da União Europeia.

⁴ Em 1981, após o golpe de estado realizado na Guiné-Bissau que derrubou Luís Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, a ala cabo-verdiana do PAIGC cortou vínculos com a ala continental e alterou seu nome para PAICV.

Cabe aqui abrir um parêntese para ressaltar a importância da adoção de bandeiras com cores vinculadas a movimentos supranacionais na afirmação de identidades regionais com dois exemplos de relevância mundial similares ao pan-africanismo: as nações do leste europeu nascidas ou reconstituídas após o fim da União Soviética quase em sua totalidade exibem bandeiras inspiradas na flâmula pan-eslavista do século XIX, com as cores azul, vermelha e branca; enquanto os países do oriente médio em sua maioria possuem bandeiras nas cores do movimento pan-arabista, preta, vermelha, verde e branca, que foram escolhidas como cores símbolo da Revolta Árabe ocorrida no contexto da Primeira Guerra Mundial, com apoio da França e do Reino Unido, potências que depois vieram a colonizar a região.

Pelo discurso oficial, as duas faixas azuis da bandeira de Cabo Verde simbolizam o mar e o céu, a branca simboliza a paz, e a faixa vermelha simboliza o esforço e a luta do povo cabo-verdiano⁵. No entanto, essas justificativas romantizadas são bastantes comuns quando se trata de símbolos nacionais, e geralmente são propagadas a fim de conferir alguma grandeza de ordem superior ao sentimento nacionalista.

A bandeira do Brasil é um bom exemplo desse tipo de romantização: é comum encontrar em manuais escolares e outros materiais didáticos brasileiros a explicação de que o verde representa as matas, o amarelo as riquezas minerais e o azul o céu⁶, quando na realidade o verde está relacionado à Casa de Bragança, à qual pertencia D. Pedro I, primeiro imperador brasileiro; e o amarelo é a cor predominante no brasão da Casa de Habsburgo, família nobre de origem austríaca de onde veio a princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro I⁷; já o azul da bandeira brasileira de fato representa o céu, mais precisamente o céu visto de fora da esfera celeste na cidade do Rio de Janeiro às oito horas e trinta minutos da manhã do dia 15 de novembro de 1889, dia da proclamação da República, o que pode ser constatado pela posição das estrelas e constelações mantidas na bandeira a fim de representar as unidades

⁵http://www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=S%EDmbolos_Nacionais (acesso em 29/06/2107)

⁶ <http://brasilescola.uol.com.br/brasil/bandeiradobrasil.htm> acesso em (29/06/2107)

⁷ <http://geo5.net/bandeira-do-brasil/> acesso em 29/06/2107

federativas⁸. A esfera azul estrelada foi a imagem escolhida para substituir o antigo brasão imperial que anteriormente ocupava o centro do losango amarelo habsburgo em um fundo verde bragança, uma necessidade prática após o fim do Império e início da República.

No que diz respeito aos objetivos desta pesquisa, a história de Cabo Verde pode ser dividida em quatro momentos que de alguma forma impactaram a produção literária e intelectual das ilhas: o predomínio quase que absoluto do modelo português; a busca por referências externas que não Portugal, destacando-se o Brasil; a reaproximação com a África quando da intensificação dos movimentos de independência; e mais recentemente a tentativa de alinhamento com as nações do Atlântico Norte.

⁸ <http://astronomia.blog.br/o-ceu-da-bandeira-brasil/> acesso em 18/10/2017

Da identidade cultural

O sociólogo jamaicano Stuart Hall defende que a concepção do sujeito moderno começa a se desenhar em algum momento entre o humanismo renascentista e o iluminismo, quando se sobressaem duas características que libertam a consciência individual do crivo das religiões: o sujeito seria uma entidade unificada em seu próprio interior que não pode ser dividida, e seria também singular, distintivo e único. Hall atribui a concepção primária dessa formulação ao filósofo e matemático francês René Descartes (1596 – 1650). Descartes foi o responsável por inaugurar a dualidade entre alma e matéria, ou mente e corpo, na qual o sujeito individual ocuparia uma posição de centralidade na mente devido à sua capacidade de raciocínio, conceito resumido na máxima *cogito, ergo sum*, ou, penso, logo existo (HALL, 1992, p. 27).

O avanço da individualidade enquanto centralidade identitária acontece na esteira do colapso da organização social predominantemente religiosa que vigorou durante a idade média, acompanhando (ou sendo acompanhado por) importantes mudanças que remodelaram o mundo ocidental, como a Reforma Protestante, que buscou colocar o indivíduo em contato direto com Deus, enfraquecendo o papel das instituições religiosas; e de um abrandamento da rígida hierarquia social vivenciada durante o período feudal, o que diminuía o valor das famílias e demais micro instituições coletivas em favor da independência do indivíduo.

Porém, à medida em que as sociedades modernas foram se tornando mais complexas e mais urbanizadas, elas começaram a adquirir características mais coletivas e sociais, o que implicou em uma visão mais social do sujeito. Hall sustenta que essa nova tendência, surgida na era moderna tardia, consistia em um processo de descentramento do sujeito e foi catapultada por novas ideias e novos movimentos surgidos durante o século XIX e início do século XX, como, por exemplo, a ideia marxista de que os indivíduos não poderiam ser agentes da história, mas sim agir de acordo com condições pré-estabelecidas por aqueles que vieram antes, usando os recursos materiais e culturais que lhes foram fornecidos, tornando assim a faceta social mais relevante que a

individual. Outro exemplo seriam os movimentos sociais da primeira metade do século XX, como o movimento feminista, que apelavam para a identidade social de seus participantes e simpatizantes, o que veio a ser conhecido como a política de identidade, ou seja, uma identidade – coletiva – para cada movimento. O desdobramento dessas ideias que importa a esta dissertação é explicitado pelo próprio Hall:

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. (1992, p. 47)

Ao se analisar o processo de formação identitária do povo cabo-verdiano sob esse olhar social preconizado por Hall, pode-se perceber que a partir da década de 1930, ganhou força em Cabo Verde um movimento que tentava vincular a identidade cultural das ilhas à miscigenação racial entre africanos e portugueses, colocando o arquipélago em uma posição intermediária entre a África e a Europa. Esse processo de miscigenação teria começado a acontecer desde o início da habitação das ilhas e teria se concretizado ao longo do século XIX; como nos traz Cordeiro:

De acordo com o censo de 1.807, havia nas ilhas 1.752 brancos, 24.250 mestiços e 32.429 negros (dos quais 5.139 escravos). Quando do censo de 1900 havia 3.856 brancos, 94.639 mestiços e 48.929 negros. (2011, p. 36, apud ALEXANDRE e DIAS, 1998, p. 193)

Esse processo teria constituído então uma população majoritariamente mestiça, com identidade própria e que não deveria ser tratada nos mesmos moldes em que eram tratados os povos das demais colônias portuguesas na África.

O modelo de colonização existente em Cabo Verde, completo e irrestrito, em oposição ao modelo colonial nas terras continentais, no qual haviam zonas de muita influência europeia, principalmente ao longo da costa marítima e das margens dos grandes rios, mas ainda persistiam espaços, em geral rincões no interior, onde sobreviviam relações sociais e étnicas ancestrais, levou a uma pretensa homogeneização do gentílico cabo-verdiano que acabou por ganhar os contornos políticos e sociológicos vigentes na segunda metade do século XIX e no início do século XX.

A violência física e simbólica, que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo verdianos como 'fusão cultural de europeus e africanos'. Essa 'fusão cultural' numa mestiçagem geral é percebida por uma parte da intelectualidade cabo-verdiana como positiva, no sentido de que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um Estado nacional. (ANJOS, 2000, p.178)

À medida em que a ideia de mestiçagem, de que a população de Cabo Verde era majoritariamente mestiça tanto no plano racial quanto no cultural, ganhava protagonismo, começou a prevalecer entre os intelectuais cabo-verdianos e também no imaginário popular o discurso de negação simultânea da africanidade e do europeísmo, esta última, contudo, um pouco mais tímida. O fortalecimento dessa noção de que o arquipélago não era nem África nem Europa, mas sim Cabo Verde, está no cerne da transformação de uma identidade cultural em uma identidade nacional, que depois viria a embasar, ou pelo menos balizar, as lutas pela libertação nacional. A ideia de miscigenação no caso cabo-verdiano se deu mais "como se mestiçagem deixasse de ser um pressuposto de pluralidade étnica para se definir como caso acabado de reetnização" (ANJOS, 2000, p.181), derivando-se disso essa concepção mais homogênea em torno da população das ilhas que perdurou por grande parte do século XX. Essa pretensa homogeneidade da população cabo-verdiana não é uma consequência fatalista do acaso, pelo contrário, trata-se de um recurso político-identitário que acompanha ou preconiza uma grande mudança nas

relações de poder dentro do arquipélago, mudança na qual uma nova elite intelectual, formada nas fileiras dos liceus inaugurados na metade final do século XIX, ascende ao poder.

O dispositivo de mestiçagem apresenta as seguintes características: ele incita à mistura étnica; coloca a sexualidade num plano estratégico, ou seja, como o veículo capaz de promover a confraternização das etnias; dilui a identidade nacional; (...) ele é, ainda, produtor de subjetividades dóceis e mal delimitadas, uma vez que promove a mistura étnica apagando as origens, apagando o passado e suas contradições, voltando-se para o futuro des-historizando as raízes históricas individuais e nacionais. (TADEI, 2002, p. 9)

O fortalecimento dessa nova concepção no século XX, na qual todos são iguais, todos são mestiços, deu um golpe de misericórdia nas antigas estruturas sociais que vigoraram em Cabo Verde do século XV ao XIX e que já vinham definindo há algum tempo. Anteriormente, podemos falar de uma sociedade “na qual um grupo étnico exerce o controle dos meios de produção utilizados por outro grupo”, portanto que se criou “uma relação de desigualdade e estratificação” (BARTH, 1976, p. 33, Apud ANJOS, 2000, p.182). Nesse cenário, o grupo étnico controlador – os brancos – era profundamente dividido entre “filhos do reino” e “filhos da terra”, sendo os brancos do reino aqueles indivíduos oriundos da metrópole que, via de regra, ocupavam todos os cargos mais relevantes da administração do arquipélago e exerciam poder real em todos os segmentos da economia e nas decisões jurídicas e institucionais. Já os filhos da terra eram os indivíduos nascidos no arquipélago, que, sem muito espaço nas decisões e na administração das coisas públicas, os mais abastados tendiam a migrar ou a se dedicarem a atividades administrativas de menor importância ou a atividades comerciais das mais variadas:

...os cargos mais importantes nas ilhas (...) eram desempenhados por filhos do reino. Aos filhos da terra apenas era permitido entrar no governo da Câmara e na

Milícia o que, embora representasse um muito apetecível acesso ao poder local bem como a determinadas honrarias e maior prestígio, não deixava de ser discriminatório. (CORDEIRO, 2011, p. 38)

Com o aumento natural da população cabo-verdiana ao longo do tempo, cada vez mais miscigenada, e a conseqüente necessidade de uma participação maior de nativos das ilhas nas esferas da administração (nem sempre havia filhos do reino em número suficiente para preencher os cargos que à eles caberiam), à imagem da distinção entre os filhos do reino e os filhos da terra, ganhou notoriedade uma nova forma de segregação: brancos do reino e brancos da terra, em que estes últimos ocupavam um lugar intermediário entre o europeu e o africano: apesar de possuírem terras e muitas vezes riqueza considerável, eles ainda sofriam com as mazelas do pensamento eugenista, bastante em voga quando da virada do século XIX para o século XX. Na definição dada por Carreira, brancos da terra seriam:

...brancos de sangue semítico menos puro que o caucásico, nascidos na ilha de pais e mães europeus, de cor branca, pele fina e de pouca resistência vital; apresentando uma anemia habitual que não exclui certo grau de saúde; os seus hábitos de molice são exemplos vivos que manifestam a degeneração da raça pelas influências do meio. (CARREIRA, 1984, p. 22; APUD Anjos, 2006, p. 32)

Essa divisão entre os brancos do reino e os brancos da terra acabou por ser desfeita com a ascensão do ideário de mestiçagem inspirado por Gilberto Freyre, como se vê nas palavras de Anjos:

Nosso argumento central é de que essa rachadura na identidade dos 'brancos' entre os 'da terra' e os metropolitanos, favoreceu a emergência da identidade mestiça fortalecida pelas frustrações da elite local quanto a possibilidades de ocupar os mais altos postos administrativos da província. (2000, p.183)

Dentro dessa dinâmica segregacionista que, visando os interesses das elites acabou por favorecer a ideia de um país miscigenado, com o passar do tempo, a situação evoluiu para um cenário em que os brancos da terra, principalmente, mas também vários indivíduos de origem negra ou mestiça, custeados principalmente pelo comércio, muitas vezes em atividades relacionadas com a emigração, investiam na escolarização e ocupavam nos cargos intermediários do funcionalismo público com o objetivo de ascender socialmente. E essa ascensão era reforçada pela decadência do grupo dominante, composto pelos brancos do reino, causada em parte pela porcentagem cada vez menor que estes representavam junto à população total das ilhas, em parte pela relativa perda de importância da propriedade agrícola e em parte pela própria ascensão dos outros grupos; gerando um ciclo que viria a modificar as relações de poder e representatividade dentro do arquipélago. Os principais intelectuais de Cabo Verde do início do século XX surgiram dessa dinâmica entre as decadentes famílias brancas ligadas à metrópole portuguesa e as ascendentes famílias não-brancas que floresciam no arquipélago.

Essa nova geração de intelectuais manteve um contato relativamente estreito com os intelectuais e escritores brasileiros da primeira metade do século XX o que forneceu a Cabo Verde outras influências que ultrapassavam o campo literário. Algumas das mais marcantes, sem sombra de dúvida, foram as ideias de Gilberto Freyre sobre colonização e miscigenação, condensadas na obra *Casa Grande & Senzala*. Isso porque Freyre subverte o discurso dominante no Brasil, a noção eugenista de que a miscigenação seria nociva à “qualidade” física e moral do indivíduo, ao elevar o mestiço ao papel de protagonista no que diz respeito à formação da sociedade brasileira, além de demonstrar como o contexto agrário e escravocrata da América portuguesa favoreceu a miscigenação, “considerando o desequilíbrio entre os sexos e a falta de mulheres brancas para a aproximação entre o senhor branco e a escravizada negra” (Souza, 2014, p. 69). Não é difícil entender porque os intelectuais cabo-verdianos da década de 1930, interessados em valorizar os aspectos singulares e as características africanas da cultura das ilhas, viram em Freyre uma espécie de messias, capaz de respaldar internacionalmente todo o esforço existente em Cabo Verde nesse sentido, e, principalmente, capaz de lançar o

mestiço a uma posição de importância central dentro do contexto social da época e de unificar a população em termos identitários. Na síntese de Ortiz:

O livro “Casa Grande e Senzala” possui o mérito de transformar a negatividade do mestiço para positividade na constituição identitária brasileira, o que vai ao encontro de um novo momento do Brasil que não se encontra mais em transição, tornado plausível o mito das três raças que acaba por agradar e unir a todos, realizando a unicidade nacional. (ORTIZ, 1985 apud SOUZA, 2014, p. 69)

Apesar de toda a mistificação em torno de Gilberto Freyre criada pela elite intelectual cabo-verdiana, uma visita do brasileiro ao arquipélago na década de 1950 dissipou esse fascínio:

Aguardado com ansiedade, como o “messias brasileiro”, Gilberto Freyre decepcionou os intelectuais cabo-verdianos, quando, em sua visita ao arquipélago, afirmou que o povo e a cultura das ilhas eram essencialmente negros. (ANJOS, 2006, p. 109)

Em um registro da época, Baltasar Lopes, escritor e um dos fundadores da revista *Claridade*, afirma:

O Messias desiludi-nos [...] temos pois que a posição do sociólogo brasileiro é diametralmente oposta à que esbocei nesta crónica [...] acode-me ao bico da pena o adjectivo “absurdo” para qualificar essa caracterização que Gilberto Freyre concebeu. (LOPES, 1956, p. 14 apud ANJOS, 2006, p. 110)

Ao defender que os portugueses gozavam de um certo afrouxamento dos preconceitos raciais por estarem predispostos à miscigenação, devido principalmente à influência histórica que sofreram dos povos mulçumanos durante a ocupação moura (TADEI, 2002, p. 3), Gilberto Freyre forneceu as

bases teóricas para que os intelectuais cabo-verdianos pudessem sustentar a existência de uma homogeneidade cultural e identitária no arquipélago, fato que o separaria do restante da África. Tanto mais porque Freyre toma a mestiçagem como um dado consumado e inquestionável, tal qual a elite intelectual cabo-verdiana das décadas de 1930 e 1940.

Com Gilberto Freyre e Jorge Amado, surge uma interpretação paradisíaca da mestiçagem como 'confraternização das raças', 'laboratório da humanidade de amanhã', 'democracia racial'. A própria mestiçagem seria uma superação dos graves contrastes sociais, econômicos e políticos vividos no Brasil. (HOORNAERT, 1993, p. 27 apud TADEI, 2002, p. 7)

A prevalência do discurso miscigenatório só veio a ruir quando perdeu sua relevância estratégica, ou seja, quando o objetivo primordial da elite intelectual cabo-verdiana deixou de ser se destacar das demais colônias africanas para se concentrar em conquistar a independência política, objetivo em que fazia mais sentido se vincular à África ao invés de manter laços estreitos com a Europa, onde estava a metrópole da qual pretendiam se desvencilhar. A partir daí observa-se uma clara tendência à (re)africanização do arquipélago; há, nesse momento, um esforço no sentido de restaurar as raízes africanas do povo ilhéu, resgatando tradições ancestrais, estabelecendo vínculos com nações continentais, principalmente Guiné-Bissau e Angola, e também atribuindo à língua crioula, majoritariamente usada por pessoas de baixa renda, alguma centralidade mesmo dentro dos mais altos círculos intelectuais do arquipélago. Sobre essa questão linguística e o papel desempenhado pelo crioulo no seio da sociedade cabo-verdiana, a embaixada de Cabo Verde no Brasil afirma:

A língua oficial de Cabo Verde é o português. Porém, a comunicação oral entre os habitantes das várias ilhas faz-se em caboverdiano (crioulo). Pólo fulcral de união de todos os caboverdianos, este código é a resultante do cruzamento do português com as línguas das costas da Guiné. O caboverdiano foi desde cedo uma língua franca

sendo que, desde o século XVI se expandiu para a costa africana onde se comerciavam vários produtos. No quadro colonial, onde supostamente o português deveria ter sido a língua veicular, paradoxalmente, o crioulo foi utilizado como língua de ensino (catequização de escravos), pelas próprias instituições religiosas portuguesas. De onde se conclui da sua importância, desde muito cedo, nas nossas ilhas⁹.

A partir dos esforços pela libertação de Cabo Verde, que lograram sucesso após a Revolução dos Cravos em Portugal, o ideário de um povo e de uma cultura miscigenada e homogênea, situados em algum lugar entre a Europa e a África, começou a perder espaço rapidamente e a dar lugar a um alinhamento com os movimentos pan-africanistas sob a tutela do PAIGC, partido único que ascendeu ao poder após a independência do arquipélago.

⁹http://www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=L%EDngua, acesso em 29/05/2017

Da literatura cabo-verdiana

A literatura de Cabo Verde ocupa uma posição difícil de se situar dentro do meio literário lusófono. Inicialmente presa entre dois polos, Portugal e Brasil, e ainda sob impacto de um terceiro, o continente africano, com destaque para as também colônias portuguesas Guiné-Bissau e Angola, a literatura cabo-verdiana desenvolveu algumas características próprias ao longo do tempo, ora se espelhando no exemplo português, ora no brasileiro. Quanto à África, tanto pela dinâmica colonial quanto pela condição geográfica do arquipélago, a literatura em Cabo Verde acabou por se afastar de maiores influências africanas em um primeiro momento, só recorrendo a ela em uma escala mais significativa na segunda metade do século XX, quando do fortalecimento dos movimentos de independência. Nas palavras de Anjos:

Entre as décadas de 50 e 60, três grandes gerações de intelectuais se demarcam sobretudo pelas tomadas de posição quanto à identidade do arquipélago, embora disputando os mesmos espaços de publicação. Cada uma dessas gerações define a identidade cabo-verdiana aproximando-a de uma das três grandes referências de identidade do arquipélago: a geração Claridade tem o Brasil como referência em oposição tanto a Portugal quanto a África; a geração anterior à Claridade ainda busca vincular as raízes culturais do arquipélago exclusivamente à metrópole (...); a geração posterior à Claridade insere-se nos parâmetros das lutas de libertação nacional em África e resgata no continente negro as raízes culturais da identidade nacional cabo-verdiana. (2006, p. 141)

Dentro desse posicionamento entre três modelos fortes e diversos entre si, coube ao intelectual cabo-verdiano o desafio de ser genuíno e estar, ao mesmo tempo, conectado aos movimentos artístico-literários em voga a nível internacional, numa tentativa de simultaneamente marcar o lugar e a identidade

de Cabo Verde no mundo e de adaptar os movimentos internacionais à realidade local do arquipélago.

Nos primeiros séculos de colonização Cabo Verde era completamente dependente de Portugal e dos portugueses para qualquer atividade que exigisse alguma instrução, mesmo após a criação da imprensa cabo-verdiana em 1842¹⁰ e o surgimento de publicações inteiramente produzidas em Cabo Verde por pessoas originárias das ilhas, até os anos de 1930 ainda não havia algo que se pudesse chamar de produção literária genuinamente cabo-verdiana. A literatura do arquipélago seguia quase que inteiramente o modelo português. Havia por essa época o interesse entre as elites locais de se afastar da África, que era uma forma de garantir maiores benefícios políticos da metrópole na disputa com as demais colônias portuguesas localizadas no continente, sob o discurso de que as ilhas seriam uma região mais civilizada e menos exótica que o continente africano, portanto mais próxima culturalmente de Portugal. Essa lógica política se reflete na produção literária do período, tanto porque em geral os responsáveis por tais produções eram ligados à administração pública diretamente ou por laços familiares quanto pelo fato de que se o arquipélago se alinhava politicamente com a metrópole, a tendência era de que os intelectuais cabo-verdianos tivessem maior facilidade para manter contato com os movimentos literários e culturais da metrópole, sendo por estes balizados e, portanto, com eles compartilhando características de forma e conteúdo. O impacto lusitano na literatura produzida no arquipélago e a tendência de promover um afastamento com relação à África eram tamanhas que Seibert aponta:

Em 1953, Tenreiro justificou a ausência de poetas de Cabo Verde no caderno de Poesia negra de expressão portuguesa, pelo facto de que “a poesia das ilhas crioulas, com raríssimas exceções, não traduzia o sentimento da negritude”, que era a razão-base da poesia negra. (2014, p. 64)

¹⁰ http://www.incv.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=76 – Acesso em 29/09/2016 – 11:15.

Já na altura de 1936, um grupo de intelectuais composto por funcionários públicos e profissionais liberais, largamente influenciados pelo modernismo brasileiro, fundou a revista *Claridade*, publicando dois números em 1936, outro em 1937 e só retomando a produção da revista em 1947, com mais dois números. *Claridade* é considerada pelos críticos a revista no campo das letras mais importante da literatura de Cabo Verde, ao ponto de o Instituto Cabo-verdiano do Livro, na comemoração do cinquentenário da revista, elegê-la como a proclamação da independência literária de Cabo Verde. E, para além do espectro literário, *Claridade* é considerada um dos marcos fundadores da nacionalidade do arquipélago, isso porque, insatisfeitos com a situação socioeconômica das ilhas, os claridosos se propõem a analisar sociológica e antropologicamente a personalidade cultural de Cabo Verde, dando novo fôlego à criação de uma identidade própria para os ilhéus, levando em conta as especificidades do arquipélago e com isso fugindo da narrativa identitária colonial. Foi a partir do lançamento dessa revista que Cabo Verde pode se firmar enquanto um espaço de produção literária portador de uma voz própria.

Essa voz própria, essa expressão do indivíduo e da gente cabo-verdiana, veio através da ruptura com a estética das gerações de intelectuais anteriores. A *Claridade* recusa o estilo romântico-barroco herdado de Portugal e propagado no arquipélago até então; a revista sobrepõe o conteúdo à forma e valoriza expressões sinceras em lugar de verbosidades ocas, mais importante que a métrica ou o estilo era a mensagem, e essa mensagem, para os claridosos, devia trazer em si, ainda que indiretamente, algo que remetesse à cabo-verdianidade, algo que endossasse o mote “fincar os pés na terra”. O movimento claridoso, como ficou conhecido, faz em Cabo Verde algo semelhante ao que o movimento modernista fez no Brasil, pelo menos no sentido desta afirmação de Lafetá:

...o Modernismo destruiu as barreiras dessa linguagem “oficializada”, acrescentando-lhe a força ampliadora e libertadora do folclore e da literatura popular. (1974, p. 22)

A máxima lema da revista, “fincar os pés na terra”, aproxima a literatura da realidade cotidiana e aponta os holofotes para as temáticas que afetam essa mesma realidade, como os longos períodos de estiagem ou o trabalho nas roças que dava sustento à boa parte das famílias. A contribuição mais importante da *Claridade* para a formação da identidade cabo-verdiana foi, num primeiro momento, a criação de um contraste entre o arquipélago e a África, como se vê claramente nessa passagem já citada acima:

É vulgar verem-se desembarcar nestas ilhas africanas (...) estrangeiros, sedentos de exotismos, com aquela doentia curiosidade de quem pisa terras de África e, por conseguinte, terras de mistério, e que (...) tornam a embarcar desiludidos e azedos, porque nada de novo colheram, (...) não assistiram sequer a uma sessão de magia negra. O problema do cabo-verdiano é menos de ordem tradicional e estático, que cultural e dinâmico. (LOPES, M., 1936, p.5 – Apud ANJOS, 2006, p.76)

Na visão dos claridosos, se geograficamente Cabo Verde podia ser incluído no continente africano, o arquipélago estaria em posição contrastante com a África culturalmente. Interessante notar nessas palavras de Manuel Lopes que é do ponto de vista de um estrangeiro (europeu) que a identidade do arquipélago se constituía em oposição à África. Sob o olhar europeu, o cabo-verdiano muitas vezes não era considerado africano por estar distante de uma África exótica, “de mistério”, sem escolarização e sem civilização à moda europeia e, ao mesmo tempo, era tratado de maneira diferente do restante da Macaronésia pela proximidade maior com a África subsaariana, ou África negra, e pela alta percentagem de negros e mestiços que compunham a população do arquipélago.

Os principais nomes por trás da revista *Claridade* em sua fase inicial foram, além de Manuel Lopes, Jorge Barbosa e Baltasar Lopes da Silva. Todos eles tiveram pelo menos uma parte de sua formação educacional em Portugal entre 1920 e 1930, quando o campo literário português estava voltado para o modernismo, corrente que serviu de contraponto à geração romântico-clássica

existente à época no contexto cabo-verdiano e que muito possivelmente influenciou a percepção dos três autores no sentido de se aterem mais a realidade do arquipélago e menos a tradições literárias que, a rigor, não guardavam quaisquer semelhanças com a vida que se levava em Cabo Verde.

Dentro de uma perspectiva triangular de influências sobre Cabo Verde (Portugal, Brasil e o continente africano), a geração dos claridosos adotou o Brasil como principal referência, tomando principalmente os escritores modernistas como exemplos a serem seguidos. Nesse ponto, os escritores nordestinos da década de 30 desempenharam um papel fundamental dentro da dinâmica literária, uma vez que o homem nordestino seria, para muitos, a referência mais próxima do homem cabo-verdiano; pois Cabo Verde e o nordeste do Brasil não apenas compartilhavam o mesmo idioma, como também possuíam uma história colonial parecida, de acentuada miscigenação, foco econômico na agricultura, ambos com uma pequena elite branca possuidora das terras se beneficiando do trabalho de escravos negros; e compartilhavam até mesmo problemas semelhantes, como a seca e o abandono, no caso cabo-verdiano por parte da metrópole e no caso nordestino por parte da metade sul do país, onde se localizava o coração financeiro e onde estava estabelecida a máquina pública do Brasil. Semedo é bastante claro no que diz respeito a essa visão de semelhança entre o nordeste brasileiro e Cabo Verde:

...o facto que terá levado os escritores cabo-verdianos a seguir o modelo brasileiro terá sido, não só a simultaneidade de uma explosão de uma literatura regionalista, como ainda a coincidência histórica, geográfica, social e cultural dessas duas realidades – o Nordeste Brasileiro e as Ilhas de Cabo Verde. (SEMEDO, 2001, p. 254 e 264)

Para além das similaridades históricas e geográficas, Semedo expõe os elementos literários que ajudaram a aproximar Cabo Verde do Brasil:

O modernismo brasileiro com Manuel Bandeira e Ribeiro Couto, que exerceram forte influência em Cabo Verde,

com Jorge do Lima, Mário de Andrade e outros, deixaram o terreno adubado, onde a resposta do Norte, quero dizer, os romancistas do Nordeste, lançariam as raízes abundantes da prodigiosa brasilidade moderna – com os romances do povo e da terra, precisamente aquele povo e aquela região tão lembrada quando se pretende evocar certas afinidades entre cabo-verdianos e brasileiros. (SEMEDO, 2001, p. 257)

Se a geração de intelectuais responsáveis pela *Claridade* se concentrou em consolidar uma identidade cultural específica para Cabo Verde, baseada na miscigenação e que fosse capaz de transformar o arquipélago em um lugar ímpar, nem tanto Portugal nem tanto África, parte dos intelectuais da geração seguinte se empenhou em empoderar a luta de libertação nacional, influenciados que estavam com os movimentos independentistas que afluíam por toda a África e por todo o mundo colonizado naquela altura, o que em termos práticos significava vincular Cabo Verde ao continente africano. Essa nova abordagem começa a ser percebida na revista *Certeza*, de 1944, que teve dois de seus três números censurados pelo governo português. Nos anos seguintes o ideário nacionalista se fez sentir cada vez mais forte entre os meios literários e intelectuais do arquipélago, como afirma Anjos:

Sobretudo as gerações posteriores à *Certeza* vinculadas ao movimento político *Nova Largada* e às revistas *Suplemento*, *Seló*, *Boletim dos Alunos* irão refletir cada vez mais os efeitos da luta de libertação que se fazia desde 1963, na província vizinha da Guiné-Bissau. (ANJOS, 2006, p. 133)

À medida em que a dimensão africana da caboverdianidade ganhava força e começava a sobrepujar as antigas construções e referências identitárias, o rompimento com o projeto claridoso, que buscava uma certa distância - em termos civilizatórios e de um ponto de vista europeu - dos demais povos africanos, se evidenciava. Grande parte da elite intelectual e política de Cabo Verde já buscava abertamente rever ou desqualificar as afirmações claridosas

que sustentavam haver afinidades culturais entre o arquipélago e Portugal, ou entre o arquipélago e o Brasil. Essa mudança na percepção identitária dos cabo-verdianos em prol de uma maior aproximação com outras nações africanas, que veio de carona com o pan-africanismo, acabou por se canalizar em figuras políticas, como os ativistas Manuel Duarte e Amílcar Cabral, que souberam aproveitar a visibilidade e o apoio, ainda que tácito, de boa parte dos intelectuais do arquipélago para dar corpo e volume à construção de um ambiente que favorecesse a luta anticolonial.

A passagem de uma estratégia ou pensamento assimilacionista como o da geração claridosa para um pensamento rebelde à metrópole e a tudo que ela representava se deu sob a batuta de figuras de importância histórica, como o próprio Amílcar Cabral, que souberam conduzir a mudança de alinhamento político do grosso da população de forma que essa mudança se desse não só no plano político, momentâneo, mas também no plano cultural, que tende a ser mais duradouro e a ter mais impacto nas gerações futuras. E cabe frisar o envolvimento intrínseco entre o plano político e o plano cultural, portanto incluindo a cena literária, que aconteceu nessa altura da história de Cabe Verde; cultura, literatura e política caminharam lado a lado para desenvolver todo um novo conjunto ideológico, centrado em fazer prosperar a noção de que o arquipélago pertencia sim à África e com ela compartilhava raízes, que viria a nortear o processo identitário do gentílico cabo-verdiano nas décadas em que o PAICV se manteve no poder.

...a ideologia política desenvolvida por Amílcar Cabral constitui, nalguns aspetos, uma contestação da “política da evasão” claridosa. Ao privilegiar as raízes africanas da cultura caboverdiana, na medida em que desenvolvia um projeto nacionalista e anticolonialista que aspirava à criação de uma aliança política com a Guiné-Bissau, Cabral servia-se de uma ideologia político cultural que inspiraria muitos escritores da sua geração. (RIBEIRO; JORGE (org), 2011, p. 107)

No livro “Novos rumos da poesia cabo-verdiana”, Amílcar Cabral incita explicitamente os poetas e escritores a tomarem partido na causa separatista, e, mais que isso, Amílcar cita abertamente os claridosos para propor que aquela mensagem assentada em uma homogeneidade mestiça por eles divulgada seja deixada para trás. Sob essa nova visão política, Cabo Verde precisaria mudar, o cabo-verdiano precisaria encontrar seu lugar no mundo, encontrar uma nova identidade que fugisse da lógica colonial que estava ruindo em todos os cantos da África:

Mas a evolução da poesia cabo-verdiana não pode parar. Ela tem de transcender a “resignação” e a “esperança”. A “insularidade total” e as secas não bastam para justificar uma estagnação perene. As mensagens da Claridade e da Certeza têm de ser transcendidas. “O sonho da evasão, o desejo de ‘querer partir’ não pode eternizar-se. O sonho tem de ser outro, e aos poetas – os que continuam de mãos dadas com o povo, de pés fincados na terra e participando no drama comum – compete cantá-lo. O caboverdiano, de olhos bem abertos, compreenderá o seu próprio sonho, descobrirá a sua própria voz, na mensagem dos poetas. (SILVA, 2014, p. 53, apud CABRAL, 1976, p. 21)

Outro aspecto importante a ser ressaltado no que tange à formação da literatura cabo-verdiana é a situação de insularidade; por essa óptica o mar talvez seja a chave de leitura mais importante para se compreender o desenvolvimento da literatura nas ilhas, tanto por já ser um importante elemento da literatura e do imaginário popular português quanto pelo fato de Cabo Verde ser um arquipélago, tendo, portanto, o mar, enquanto elemento circundante, um papel fundamental no cotidiano das ilhas, ao estabelecer margens e passagens, cumprindo a dupla função de unir e distanciar.

Além do isolamento insular, a geografia fornece a Cabo Verde outra temática sempre presente nas obras literárias e no cotidiano da população, que também constitui importante chave de leitura: a seca; de onde se deriva uma série de temas de ordem social muito marcantes e relevantes para o cabo-verdiano,

como a fome, a carência de recursos e o abandono por parte da metrópole no período anterior à independência.

Tanto o mar quanto a estiagem são representados de maneira direta e ubíqua em todos os livros analisados nesta dissertação, como se verá adiante, o que serve como forte indício e em certa medida endossa a afirmação de que esses elementos são realmente centrais na identidade cultural do arquipélago e permeiam as experiências de vida e o imaginário popular dos habitantes das ilhas.

Metodologia e análise das obras literárias

A primeira parte desta dissertação tem como objetivo traçar um panorama sociocultural e histórico que vem a servir como referencial maior para se situar os aspectos identitários e culturais que por ventura venham a ser encontrados nas obras literárias analisadas; a segunda parte, por sua vez, consiste na exposição e contextualização desses aspectos nos livros escolhidos, tendo sempre em mente a premissa de que a situação político-identitária de um país ou região exerce as mais diversas influências, diretas ou indiretas, na produção literária e cultural oriunda deste mesmo país ou região. No caso específico de Cabo Verde, essa relação fica patente tanto na tentativa de afirmação dentro de uma estética portuguesa num primeiro momento quanto no movimento de aproximação aos autores modernistas brasileiros dentro do contexto de afastamento e libertação das rédeas de Portugal que marcou o período de meados do século XX, principalmente após a publicação da revista *Claridade*, em 1936.

A obras literárias escolhidas para análise visam abranger os períodos em que as diferentes correntes identitárias existentes no processo histórico da formação da identidade cultural de Cabo Verde gozavam de maior hegemonia. A grosso modo, existiram quatro correntes majoritárias: 1) Cabo Verde enquanto parte do império lusitano, que durou do descobrimento até o início do século XX, período no qual a população cabo-verdiana em geral se via como um braço ultramarino da população portuguesa; 2) a prevalência do discurso miscigenatório, preconizado pela revista *Claridade* e fortemente marcado pelas ideias do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, mais ou menos entre 1930 e 1960; 3) o movimento de (re)africanização que acompanhou a luta pela independência, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, sob a tutela política e de certa forma também cultural de Amílcar Cabral; e, por fim, 4) um alinhamento, ainda que tímido, com as potências ocidentais do atlântico norte, a partir da adesão ao sistema político multipartidário no início da década de 1990. Esta dissertação pretende estabelecer como foco central os dois períodos do meio, porque o primeiro, no qual o arquipélago se porta como um elemento ultramarino do império português, já está razoavelmente pacificado e

o último, em que se percebe uma tendência de Cabo Verde a se alinhar politicamente com os países do atlântico norte, parece ainda não possuir a distância histórica necessária para uma análise mais lúcida e com maior clareza, deitando fora quaisquer interdições ideológicas que por ventura ainda maculem um pensamento mais crítico e independente.

Não foi tarefa fácil conseguir uma definição absoluta sobre quais obras iriam compor efetivamente o corpus da análise, mas sempre houve uma tendência de se utilizar autores que abrangessem ou pelo menos tangenciassem o amplo espectro exposto nos quatro pontos referidos acima. Mas as publicações escolhidas, expostas a seguir, o foram tanto pela importância que seus escritores tiveram para a cena literária do arquipélago quanto pela importância das obras em si. Outro fator, de ordem prática, que pesa sobre a escolha das obras aqui analisadas é a dificuldade de se encontrar, no Brasil, exemplares e edições literárias cabo-verdianas, o que gera a tendência de que os livros disponíveis deste lado do Atlântico provavelmente sejam obras de maior fama e visibilidade dentro do próprio arquipélago ou mesmo em Portugal. Os textos a serem analisados são *Chiquinho*, *Os Flagelados do Vento Leste*, *Vida e Morte de João Cabafume* e *A Saga das As-secas e das Graças de Nossa Senhora*.

Chiquinho

Obra publicada pela primeira vez em 1947 por Baltasar Lopes da Silva (1907 – 1989) que foi, juntamente com Manuel Lopes e Jorge Barbosa, um dos fundadores da revista *Claridade*. Além de escritor foi filólogo, poeta, advogado e um professor de renome, chegando a receber uma honrosa e um tanto incomum: a data de seu nascimento – 23 de Abril – é atualmente o Dia do Professor em Cabo Verde¹¹. Usou por vezes o pseudônimo Osvaldo Alcântara em alguns poemas.

Chiquinho foi o primeiro livro publicado por Baltasar Lopes, que usou esse romance para descrever os costumes, as paisagens, os problemas sociais mais comuns até então e principalmente a gente de Cabo Verde. É uma obra que carrega em si uma introdução quase que completa sobre o povo cabo-verdiano e sobre a vida no arquipélago durante a primeira metade do século XX. Por essa capacidade de fornecer uma melhor compreensão sobre as ilhas, suas gentes e costumes, *Chiquinho* fez com que muitos viessem a considerar autor e obra como fundadores da literatura moderna cabo-verdiana.

O livro, escrito em primeira pessoa, se divide em três partes; na primeira delas, “*Infância*”, o autor e personagem principal descreve sua iniciação nas letras e a convivência com sua família no meio rural da ilha de São Nicolau, em uma casa no *Caleijão* governada por sua mãe e por sua mãe-velha – sua avó – já seu avô morrera no mar e seu pai havia migrado para os Estados Unidos, de onde enviava dinheiro para manter as duas ‘mães’ e os dois irmãos de Chiquinho, Lela e Nanduca.

A segunda parte, “*S. Vicente*”, narra a continuidade dos estudos de Chiquinho no liceu da ilha de São Vicente, onde faz novas amizades e desenvolve um forte interesse por questões literárias e políticas, o que o motiva a fundar um Grêmio em conjunto com seus amigos do liceu.

“*Ás-águas*”, a parte terceira e última, relata o retorno do protagonista à ilha de São Nicolau e a desconexão que ele agora sentia com seus antigos amigos e

¹¹ Revista COLÓQUIO/Letras nº 53 (Janeiro de 1980). Três romances das ilhas, pág. 35.

com os afazeres da vida rural, vindo a se tornar professor em uma escola local por algum tempo antes embarcar para a América.

Ao retratar e dar centralidade a temáticas sociais como a seca, a fome e a emigração enquanto esperança máxima de uma vida melhor, Baltasar Lopes consegue refletir no romance os fundamentos primordiais da formação da identidade cabo-verdiana, retratando a realidade de um período da história do arquipélago e trazendo elementos culturais para a narrativa central do romance, o que explica em parte a sensação de esta obra ser o marco fundador da literatura moderna em Cabo Verde.

Chiquinho é considerado por vários críticos a primeira obra genuinamente cabo-verdiana, porquanto traça fielmente a vida no arquipélago na primeira metade do século XX: a ligação à terra e o significado do convívio no seio da família; a descoberta do mundo através das letras; a necessidade de contacto com as ilhas, neste caso, São Vicente, para frequentar o liceu; a emigração como saída para uma vida melhor. Elementos, aguçados pela condição insular, que interferiram de forma decisiva na formatação da identidade do povo das ilhas. (Margarida Fontes - <http://anacao.cv/2014/10/29/chiquinho-e-baltasar-marcos-da-literatura-de-cabo-verde/> - Acesso em 25/01/2018 - 10h)

Outro ponto crucial que ajuda a entender a importância desse livro no desenvolvimento da literatura cabo-verdiana é o conteúdo autobiográfico que ele traz, porque por mais que seja uma obra de ficção, é difícil não enxergar no Grêmio retratado na segunda parte do romance uma analogia relativamente clara à criação da revista *Claridade*.

No que diz respeito aos elementos identitários de Cabo Verde discutidos nos primeiros capítulos desta dissertação e seus reflexos na literatura do arquipélago, *Chiquinho* é uma obra rica, com fartura de exemplos sobre como os cabo-verdianos se viam em meados do século XX. E a forma como as

personagens se relacionam entre si e como encaram os problemas do cotidiano nas ilhas é capaz de fornecer ilustrações belíssimas e muito marcantes de uma época em que a identidade cultural do arquipélago sofreu grandes alterações.

Descrições e relatos sobre as condições precárias da vida em Cabo Verde permeiam todo o romance de Baltasar Lopes; as dificuldades inerentes à seca e à falta de recursos em geral aparecem constantemente no decorrer do livro, de forma a ser praticamente impossível ao leitor se envolver com algum trecho da narrativa ao ponto de se esquecer das condições de vida às quais o povo cabo-verdiano estava submetido na época e no contexto da obra. Ainda assim, Baltasar Lopes consegue, sempre que fala sobre as dificuldades das ilhas, enaltecer um sentimento de pertencimento ao arquipélago que parece pairar sobre o imaginário de todos aqueles que tiveram a ventura de vir ao mundo naquelas terras. Essa tocada, que confere o tom à obra, já é explicitada pelo autor logo no começo do romance:

O destino fez-me conhecer casas bem maiores, casas onde parece que habita constantemente o tumulto, mas nenhuma eu trocaria pela nossa morada coberta de telha francesa e emboçada de cal por fora, que meu avô construiu com dinheiro ganho de riba da água do mar.
(1986, p. 6)

Não trocar a nossa morada emboçada de cal por nenhuma outra casa pode, em um primeiro momento, parecer contradizer a importância, que o próprio autor registra na obra, da emigração enquanto alternativa viável e muito recorrente de melhoria de condição de vida para muitos ilhéus. Porém, como fica demonstrado no livro, a emigração não funciona, para o cabo-verdiano, como uma fuga definitiva de uma terra sem perspectiva ou esperança, mas sim como um meio de angariar recursos para amenizar as dificuldades vividas no arquipélago. A casa do protagonista foi construída com dinheiro ganho em riba do mar e era mantida com os dólares enviados da América pelo pai do próprio Chiquinho.

Conheci bem papai em casa, apesar de ele ter embarcado pela primeira vez para a América andava eu pelos cinco anos. Mesmo depois de ausente, ele era uma presença constante em nossa casa. Bastava olharmos para a mobília americana, o gramofone, os quadros na parede, para sentirmos papai assistindo conosco, embora tão longe. (1986, p. 8)

A emigração não representava nem abandono nem falta de amor à terra ou às gentes. Representava esperança de uma vida melhor para aqueles que ficavam e uma eterna promessa de retorno para aqueles que partiam, pois:

Só a América permitia parir em casas caiadas e telhadas, com mobília estrangeira e quadros com oleogravuras na parede. (1986, p. 25)

A vida relativamente confortável que os dólares do pai proporcionavam à família de Chiquinho permitiu que ele pudesse aproveitar a infância sem sofrer diretamente as precariedades que acometiam a maior parte da população, com a possibilidade de observar e desfrutar os costumes de seu povo para depois relatá-los em livro. Um dos grandes prazeres da infância do protagonista era ouvir as histórias contadas pelos mais velhos, o que por si só já demonstra a importância da oralidade na cultura de um povo que em meados do século XX era grandemente analfabeto¹²:

Grande contadeira de histórias era Nhá Rosa Calita, velha pretona a quem os rapazes trocistas chamavam Camões, por lhe faltar um olho em virtude de pau-de-finado. (1986, p. 12)

Mas mais que simplesmente se deleitar com as histórias contadas, Chiquinho insinua que seu sentimento de cabo-verdianidade advém diretamente dessas

¹² Segundo os dados do ministério da educação de Cabo Verde, em 1975 a taxa de analfabetismo na população adulta era de 61,3%, caindo para 25,2% em 2000. (http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=114:caracterizacao-da-alfabetizacao-e-educacao-de-adultos&catid=87:o-sistema-educativo) – Acesso em 24/04/2018

histórias, indicando que grande parte da identidade cultural de seu povo era transmitida oralmente:

Era a vida da minha terra que ressurgia para mim nas palavras pausadas de mamãe velha. E delas desprendia-se este não se sabe o quê que pouco a pouco ia formando a minha alma de crioulo. (1986, p. 22)

As histórias e conversas da infância de Chiquinho revelam alguns aspectos da identidade cabo-verdiana, discutidos nos capítulos anteriores, que não chegam a ser abertamente retratados no romance, eis um bom exemplo:

Parecia-me esquisito o nome dela – Nhanha Bonga.

- Bonga por quê, Nhô Chic'Ana?

- Bonga é nome de gentio, rapaz...

A velha:

- Gentio tem seu dono, velho mofino... Eu não tenho raça de negro... (1986, p. 17)

Ao associar a “raça de negro” com gentio, aquele que não é civilizado¹³, esse trecho evoca o afastamento existente na época entre Cabo Verde e a África, o continente onde geograficamente se localiza, em favor de uma maior aproximação com Portugal, e traz à mente a visão relativamente comum de que Cabo Verde era – ou ainda é, segundo alguns, como sustenta Gorjão Henriques¹⁴ – mais civilizado que as demais nações africanas.

Este é outro trecho que demonstra, usando as línguas oriundas do continente e já esquecidas pela população das ilhas de forma bastante ilustrativa, a distância entre o arquipélago e a África, situando o continente em um passado longínquo e sem muita reverberação no dia a dia atual das ilhas:

¹³ <https://www.priberam.pt/dlpo/gentio> - Acesso em 31/01/2018

¹⁴ <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/ser-africano-em-cabo-verde-e-um-tabu-1718673> (Acesso em 27/04/2018)

Mamãe velha gostava de entoar na sua voz tremida uma dessas músicas de outros tempos, muito arrastada, que os negros cantavam com palavras que ninguém da ilha entendia (1986, p. 21)

Com relação a esses distanciamentos e aproximações entre países ou regiões, o Brasil pouco aparece nessa obra, mas nas poucas vezes em que é citado é possível dimensionar a posição que ele ocupa no imaginário cabo-verdiano retratado no romance. Neste exemplo Chiquinho descreve o ambiente em que vive um seu amigo intelectual e escritor, indicando que o Brasil, assim como Portugal, era ou podia ser tido enquanto fonte de conhecimento e inspiração:

O seu quarto de trabalho era um atravancamento de livros, Almanques Luso-Brasileiros, jornais velhos e Boletins Oficiais. (1986, p. 133)

Neste outro, o tio de Chiquinho o incita a deixar Cabo Verde, em busca de uma vida melhor, o que coloca o Brasil como uma espécie de terra de oportunidades, pelo menos em comparação ao arquipélago:

- Larga tudo isto! Vai para a Guiné, para Angola, para o Brasil, para o Diabo! Mas não fiques aqui... Só conseguirás cair no grogue... Esta vida é como clorofórmio. Ao cabo, todas as tuas aspirações se dissolvem. E o grogue espera-te... (1986, p. 150)

Esse conselho do tio é também carregado de um sentimento de que Cabo Verde possuía algumas limitações intransponíveis. No contexto do romance, essa fala está na terceira e última parte, quando Chiquinho já havia finalizado seus estudos no liceu de São Vicente, e, permanecendo no arquipélago, o máximo que poderia obter seria um cargo de professor numa escolinha rural, sem maiores possibilidades de crescimento pessoal. O próprio Chiquinho se dá conta disso, o que o motiva a seguir os passos do pai e partir para a América:

Até agora, tudo me parecia impregnado de imobilidade. Veria até ao fim da vida as mesmas caras, a mesma

mediania, a mesma resignação perante o destino que Deus governou lá do alto. (1986, p. 157)

Parte importante dessa constatação de Chiquinho a respeito da resignação que dominava o espírito dos cabo-verdianos se deve ao tempo em que ele morou e estudou na ilha de São Vicente. Por essa época, o protagonista e seus amigos mais próximos se unem na criação de um Grêmio, que em seus objetivos e visão de mundo em muito se assemelham à revista *Claridade*, da qual Baltasar Lopes foi fundador e que transformou profundamente o meio intelectual e a literatura cabo-verdiana. Alguns trechos do livro, falas dos amigos Andrezinho, Humberto e Nonó, tornam essa analogia entre o Grêmio e a *Claridade* bastante óbvia:

- Precisamos sintonizar Cabo Verde com o Universo... Preconizava, por isso, artigos em que, partindo embora do nosso caso particular, coincidíssemos com a 'melodia do mundo'. (1986, p. 82)

- Vocês precisam de abandonar motivos estranhos e dar, nos vossos poemas e contos, a nota da realidade ambiente. (1986, p. 83)

- Precisamos de escrever coisas que não pudessem ser escritas senão em Cabo Verde (...). (1986, p. 83)

Dar aos poemas e contos a nota da realidade ambiente nada mais é que o mote máximo da revista *Claridade*: fincar os pés na terra. E escrever coisas que só pudessem ser escritas no arquipélago é basicamente atribuir à literatura um papel ativo na formação de uma identidade cultural. Essa semelhança entre o que é contado e defendido no livro e a criação da *Claridade* talvez seja o maior motivo de muitos considerarem *Chiquinho* uma espécie de romance autobiográfico, onde Baltasar Lopes teria explicitado em forma de literatura os sentimentos que o levaram a participar da criação da revista, em prol de renovar, não há como fugir dessa palavra, a visão – até então quase que

exclusivamente como um apêndice lusitano – que o povo cabo-verdiano tinha de si mesmo.

A obra do Grêmio era, assim, de profunda renovação: renovação de métodos e programas administrativos, renovação de atitudes espirituais que garantissem a expressão particular, e ao mesmo tempo humana, dos nossos problemas. (1986, p. 73)

Dentre os outros aspectos identitários que podem ser encontrados nessa obra, três são praticamente ubíquos: o mar, a religiosidade e a seca. A presença desses três elementos é tão universal, tão presente, entre os personagens e os acontecimentos do romance que não se faz necessário se debruçar sobre eles afim de realçar sua importância, tanto no livro quanto na identidade cabo-verdiana. Mas é interessante ressaltar uma passagem sobre o programa de desenvolvimento que o Grêmio imaginava para o futuro das ilhas:

O programa girava à volta do Porto Grande. Resolvido este, o problema geral do arquipélago estava quase solucionado. (1986, p. 93)

E se os meninos do Grêmio viam o mar como agente do futuro, os mais velhos não conseguiam subtraí-lo de suas memórias:

Nhô João não era capaz de falar sem meter o mar nas suas conversas. Tinha-lhe um amor quase supersticioso. (1986, p. 46)

A respeito da religiosidade, as crianças são referidas como “anjos de cristo”, e as palavras “benção”, “nossenhôr” e “nossenhora” são uma constante ao longo da obra. É interessante notar que, pelo que se pode inferir durante a leitura de *Chiquinho*, embora a prática do catolicismo seja quase que universal, essa prática tem mais a ver com religiosidade que com religião, por exemplo:

Ninguém distinguiria um casal recebido na igreja de outro simplesmente amigado. O mesmo destino, as mesmas necessidades os uniam para sempre. (1986, p. 25)

Quanto à seca e sua pior consequência – a fome –, uma boa ilustração é esta triste passagem da última parte do livro, quando Chiquinho, já retornado de São Vicente, trabalhava como professor de uma escola em uma região bastante pobre e tinha que assistir passivamente, sem a menor possibilidade de alterar o rumo das coisas, a seus alunos debandarem com as famílias para outras regiões em busca de sobrevivência ou a simplesmente sucumbirem diante da fome e da privação:

Todas as manhãs era com apreensão de chefe de patrulha de regresso do combate que eu fazia a chamada. E raro era o dia em que não faltava um dos meus soldados. (1986, p. 155)

As dificuldades da vida em Cabo Verde retratadas no romance são tão pujantes, que duas frases são capazes de fornecer a tônica do livro e a esperança de uma vida melhor, a primeira frase do livro, que já indica o tom melancólico que acompanhará o leitor durante a leitura:

Como quem ouve uma melodia muito triste, recordo a casinha em que nasci, no Caleijão. (1986, p. 6)

E a última frase, que sugere a emigração como uma possibilidade de alargamento da vida que não seria passível de se alcançar em caso de permanência no arquipélago:

Depois abria-se o mar largo. Com rumo de nor-noroeste, a proa era a América. (1986, p. 175)

É interessante ressaltar a forma como Baltasar Lopes usa a frase inicial e a frase final do romance para sintetizar o sentimento que acomete o leitor no decorrer de toda a obra – diante das muitas e por vezes cruéis dificuldades a

que o habitante das ilhas estava exposto, desde o nascimento, a única, ou, pelo menos, a mais viável saída afim de tentar uma vida melhor e menos sofrida era a emigração. Seja ela uma migração interna ao arquipélago como faz Chiquinho ao se mudar para a ilha de São Vicente para então concluir os estudos e conseguir melhores meios de renda, ou uma migração mais definitiva e mais promissora – partir para a América como fizeram alguns personagens ao longo do romance.

Os flagelados do vento leste

Reconhecidamente um ávido leitor, Manuel Lopes buscou na literatura neorrealista portuguesa e particularmente nos escritores regionalistas brasileiros a inspiração necessária para desenvolver suas obras de ficção e dar a elas uma roupagem capaz de captar a geografia do arquipélago, principalmente no que diz respeito aos aspectos climáticos, e contrapô-la ao perfil cultural do povo cabo-verdiano, o que acaba dando visibilidade aos efeitos diversos sofridos pelos personagens em razão da exposição às dificuldades da vida no arquipélago. Essa justaposição entre a natureza e o ser humano é um dos traços mais marcantes e mais facilmente perceptíveis nos seus romances, sobretudo em *Os Flagelados do Vento Leste*.

As trocas com a literatura regionalista brasileira, notadamente dos autores nordestinos, sobre Manuel Lopes e seus contemporâneos foram cruciais para o desenvolvimento da corrente de pensamento que culminou na publicação da revista *Claridade*, com todo o seu ideário de fincar os pés na terra e intenção de expor para o mundo, através da literatura, quem era e como vivia o povo de Cabo Verde. Essa opção de buscar uma outra influência externa que não a portuguesa a fim de criar as bases para uma literatura tipicamente cabo-verdiana, ao invés de simplesmente adotar uma postura antagônica à Portugal, favoreceu, sobretudo após a disseminação das ideias nacionalistas que levariam Cabo Verde à independência, o surgimento de uma série de críticas que se concentravam na ideia de que Manuel Lopes e os demais claridosos se recusavam a confrontar abertamente o abandono em que o arquipélago se encontrava por parte da metrópole. A respeito dessas críticas, Manuel Lopes esclarece, em nota introdutória à segunda edição de *Os Flagelados do Vento Leste*, as premissas que serviram de norte para ele próprio e em certa medida para a *Revista Claridade*:

Escolhi então, a arma mais eficaz do ficcionista: a “discreta” denúncia duma situação histórica, sem apontar o dedo acusatório, apenas com o intuito de transmitir aos outros (é a nossa grande força interior) os mesmos

sentimentos, a mesma repulsa que me assaltaram, levando-lhes a experiência da minha perplexidade (e da minha esperança), sem disfarces ou fácil demagogia, mas com a mais sincera humildade, para que achassem eco no silêncio da sua solidão e das suas consciências; dizer-lhes, em suma, que algures numas indefesas ilhas do Atlântico em plena rota da chamada civilização ocidental, neste século das solidariedades, um mal devastador exigia a presença imediata e constante do clínico, não para disfarçar a anomalia, mas para se evidenciar capaz de fornecer a terapêutica adequada a recuperação e sobrevivência de um povo, que ousou contrariar os desígnios da natureza.¹⁵

Nascido em S. Vicente em 23 de dezembro de 1907, Manuel António de Sousa Lopes se mudou aos quatorze anos para Coimbra, onde terminou os estudos antes de regressar ao arquipélago quatro anos depois. Após o que se mudou para o arquipélago de Açores e se radicou em Lisboa ao fim da vida. Além de fundar a *Revista Claridade*, Manuel Lopes publicou alguns livros de poemas, diversos textos em prosa e três obras de ficção: *Chuva Braba* (1957), *O Galo Que Cantou na Baía* (1959) e os *Os Flagelados do Vento Leste* (1959).

Em *Os Flagelados do Vento Leste*, o autor descreve um período por volta de 1940 em que uma realidade dura e cruel circundava a população do arquipélago, que vivia refém das intempéries naturais, a chuva e a seca. Já no prefácio, Lopes indica que o romance girará em torno da relação do homem com a natureza, tendo como foco central a maneira como o ambiente molda o comportamento e a cultura da população:

A conformação física das ilhas caboverdianas e a personalidade do homem nelas integrado não cabem num rótulo genérico; são múltiplas e, por vezes, desconcertantes. A diversidade de aspectos na psicologia e, mesmo, nos caracteres somáticos do homem caboverdiano não sofreu só com o fenómeno de adaptação ao

¹⁵ <http://claridade.org/temas/manuel-lobes/> (Acesso em 25/01/2018)

seu ambiente, mas sofre, ainda, com as contingências pluviais, as estiagens periódicas, as fomes devastadoras que assolam o arquipélago e determinam fundas repercussões na maneira de ser, e conseqüente comportamento dos seus habitantes, e provocam anomalias e desvios que os períodos de normalidade agrícola nem sempre dispõem de espaço de tempo suficiente para corrigir. (p. 5)

Sob essa perspectiva, o romance leva o leitor a refletir sobre as conseqüências nefastas da seca, dando ênfase a dois dramas que assolam todos os personagens: a fome e a migração. Ao lidar com essas duas tragédias tendo como força causadora a seca, é impossível não notar em *Os Flagelados do Vento Leste* uma semelhança de concepção quase embrionária com a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, o que atesta o tamanho prestígio que os escritores regionalistas do Nordeste exerciam sobre Manuel Lopes. E, assim como o romance brasileiro, *Os Flagelados do Vento Leste* extrapola o microcosmo em que se passa a história e alcança uma certa universalidade em quaisquer outras regiões onde se vivencia o mesmo drama. Izabel Gimenez sintetiza essa proximidade existente entre partes do semiárido brasileiro e o arquipélago de Cabo Verde:

O habitante das ilhas, a exemplo do sertanejo nordestino, é extremamente apegado à terra. Seu projeto de vida consiste em plantar e esperar que o clima lhe seja condescendente, propiciando-lhe a colheita e, em conseqüência, a própria sobrevivência. Quando isso não ocorre, ele se vê dividido entre o querer ficar e a necessidade de partir, buscando as frentes de trabalho oferecidas pelo governo. (2013, p.86)

Ao plantar e esperar pela chuva, os personagens do romance reforçam a ideia presente em todo o livro de que o povo cabo-verdiano é em sua maioria conformado com seu destino, considerando as adversidades da vida como algo natural, uma espécie de designo divino. Mas ainda assim Manuel Lopes retrata,

por meio de personagens como Leandro e Saltapedra, aqueles que escolhem lutar contra o destino, usando por vezes estratégias que vão contra a moral e contra as leis, ainda que esses personagens sejam retratados como indivíduos atípicos, disfuncionais, e sejam colocados à margem da sociedade dentro da própria narrativa, como é o caso desses dois. Logo no início da obra, a apresentação de Saltapedra é esta:

Os pés do Saltapedra não deixavam sinal como os pés dos outros homens. Homem que não traça caminho é falso, não é pessoa de confiança. Tanto surdia de um lado como de outro porque não tinha caminho certo. (p. 13)

E ao descrever o personagem Leandro, uma das figuras centrais de *Os Flagelados do Vento Leste*, um pastor filho de José da Cruz com dona Zepa, Manuel Lopes diz:

Amava a solidão. Os homens eram-lhe indiferentes. (...) Quanto às mulheres (...) o que a respeito delas sentia não passava de produto do instinto. (...) Só a ocasião poderia decidir sobre o que ele seria capaz de fazer. (p. 95)

Mas a despeito desses personagens que representam uma certa rebeldia e talvez com a intenção de reforçar a ideia de que o habitante das ilhas se deixa, por média, subjugar pelas forças da natureza - ou de Deus -, ou talvez apenas com o intento de elucidar o leitor sobre o fenômeno que dá nome ao livro, Manuel Lopes, ainda no prefácio, traz este trecho:

...sobre o arquipélago, três jogadores seculares lançando os dados – três mãos ansiosas de três destinos em luta – os três ventos: o harmatão (que o povo chama lestada), o vento leste, ardente, a dádiva do deserto africano por sobre o oceano, felizmente raro nas suas consequências extremas; o nordeste, seco, inimigo da chuva; e a monção, carregada de umidade do Atlântico sul... (p. 6)

E já nas primeiras páginas o autor indica que a história se passará em um dos raros períodos de predominância do harmatão:

O aspecto do céu em pleno setembro vinha confirmar a história que todos conheciam muito bem. O ano anterior mostrara-se escasso de águas. As chuvas de outubro foram tardias e fracas; apenas uns chuviscos parciais, quase circunscritos às regiões altas. As colheitas desanimadoras nos terrenos de meia encosta, quase nulas no litoral. O povo conhecia o sinal, sabia o que essas negaças significavam. Tinha a dolorosa experiência da periodicidade das estiagens. (p. 14)

Nesse trecho também é possível perceber uma mistura de sabedoria e resignação popular quanto à ciclicidade das calamidades causadas pelas secas, dando a entender que o povo é historicamente refém das adversidades naturais. Mais à frente, Lopes atribui o sentimento de resignação do povo ilhéu a uma visão de mundo religiosa, ressaltando o forte impacto causado pela colonização católica portuguesa, traço marcante da identidade cultural cabo-verdiana:

Este é que é destino de homem: cavar e meter grão. A espiga vem do desígnio de Nosso Senhor. Se não vem é porque Ele não quis. Seja feita a sua vontade. (p. 33)

Após marcar pesadamente o aspecto religioso dos habitantes das ilhas nas páginas iniciais do romance, Manuel Lopes começa a inserir na narrativa elementos que oferecem um contraponto a essa visão de mundo, ainda que sem abandoná-la completamente, demonstrando que esse sentimento de resignação que parece pairar sobre todo o arquipélago não se originava exclusivamente da religião, mas derivava também da própria dureza propiciada pelo ambiente em que as personagens viviam, que não oferecia maiores alternativas à aceitação paciente e silenciosa imposta pelo destino:

O homem tornava-se a força contrária às forças da natureza. Por um mandato de Deus, o homem lutava contra os próprios desígnios de deus. Dava toda a vontade e a sua força. Não podia fazer mais nada. O que está acima da força do homem não pertence aos seus domínios. O homem tinha uma medida. Chuva, vento e sol estavam fora dessa medida, e o homem não se podia incriminar pelo que sucedia fora da sua medida. (p. 81)

Lopes utiliza um artifício interessante, de maneira muito sutil e fragmentada ao longo da narrativa, para ilustrar o quanto a imposição das dificuldades pode afetar o julgamento moral e/ou religioso de uma pessoa. Em dado momento, ainda no início da carestia provocada pela lizada, uma das personagens, Zepa, diz a uma sua vizinha:

- Eu, soberba de fora, (...) comida de saco de ladrão não entra na minha boca nem que eu esteja a morrer de fome. (p. 107)

Pouco tempo depois, contrapondo a afirmação de seu marido de que a esperança dá força no coração e que as pessoas não devem perder a fé, ela afirma: “Comida é que salva, Izé. Sem comida não há salvação. Deus me perdoe”. (p. 119). Finalmente, quando a falta e a fome eram tantas que já haviam levado seu filho caçula, Zepa aceita um saco de comida que ela sabia ser roubada, fornecido por Leandro.

Paralelamente ao caso de Zepa, o autor usa outra personagem para transmitir essa mesma ideia de que a moral e o entendimento de cada um podem ser alterados diante das adversidades impostas pela situação. Em uma carta enviada à irmã, a professora Maria Alice diz em tom de indignação:

Como a fome torna os homens tão maus! E tão bonzinhos que todos eles são quando Deus manda a chuva do céu! (p. 101)

Em uma carta posterior, após muitos dias vividos entre a fome e a desesperança, e após ver a escola em que trabalhava praticamente fechar as portas por falta de alunos, muitos dos quais mortos e os outros emigrados, a professora muda o discurso e confessa à irmã:

Devo dizer-vos que hoje não me admiro de ver gente cobiçar com tanta gana um pedaço de batata assada e até ser capaz de praticar um ato reprovável para o conseguir. (p. 127)

Esse alguém capaz de praticar um ato reprovável para conseguir um pouco de comida é personificado na obra pela figura do Leandro, um personagem que trabalhava como pastor de vacas e cabras antes da seca, e que diante da falta provocada pela lizada decide sobreviver à custa de assaltos praticados nos caminhos ermos das regiões montanhosas da ilha de Santo Antão.

No decorrer da obra, Manuel Lopes se dedica também a demonstrar aspectos do cotidiano da população do arquipélago, enfatizando, assim como Baltasar Lopes em *Chiquinho*, a importância da atividade portuária para a sobrevivência do povo cabo-verdiano, o papel desempenhado pelas crianças nas atividades agrícolas das famílias, principalmente a guarda dos corvos, a crença da população em “feiticeiras”, e também empenha ao longo da narrativa palavras oriundas do crioulo cabo-verdiano, como *codé*, que significa caçula, e palavras costumeiramente usadas pelas populações das colônias portuguesas na África, como *cachupa*, que designa um prato típico.

No final do livro há uma passagem que vale a pena ressaltar: depois de resistir por uma infinidade de dias à seca e à fome, e depois de ver toda sua família morrer à mingua, o personagem José da Cruz finalmente abandona sua casa e sua terra, encontrando no caminho um velho conhecido, Nhô Lourencinho, que se dirige a José indicando que há uma forte ligação entre a dignidade e a terra, como se um homem que abandona a terra abandonasse simultaneamente a dignidade, reforçando a ideia de que o dever de cada um é aceitar resignadamente o que o destino provir.

És o José da Cruz, das terras do Álvaro. (...) ouve o que vou dizer: o que te falta é endireiteza, ouviste? Dignidade. Eu não sabia que te faltava dignidade. Isso é o que eu não sabia. Caíste muito baixo. (p. 196)

Esse trecho ilustra um tipo de pensamento presente em Cabo Verde até meados do século XX e que já foi abordado nesta dissertação: o valor da terra e do trabalho. Durante muito tempo, não só em Cabo Verde, a dignidade estava relacionada à posse de terras e propriedades, ou pelo menos à posse de títulos ou cargos na esfera pública. É dessa noção que partem as primeiras e relativamente breves formas de segregação observadas no arquipélago, como as distinções entre brancos do reino (que possuíam bens e altos cargos públicos) e brancos da terra (que lidavam com o comércio ou desempenhavam funções administrativas intermediárias), sendo essas duas classes vistas como superiores aos negros e mestiços, que via de regra não tinham acesso a terras e a funções que conferiam algum nível de poder, e por isso eram tidos como cidadãos menores ou indivíduos menos dignitários. Um tema que perpassa todo o romance, que, como o próprio nome já indica, se concentra em contar a história dos “flagelados”.

Vida e morde de João Cabafume

Gabriel Mariano, pseudônimo de José Gabriel Lopes da Silva (1928 – 2002) é um nome de destaque na história da elite intelectual de Cabo Verde, principalmente por sua participação em diversas revistas, jornais e suplementos, demonstrando uma grande inquietação com as condições de vida da camada mais pobre da população e com a injustiça social presente no dia a dia do arquipélago. Nascido na ilha de São Nicolau, fez os estudos primários e liceais em Cabo Verde e licenciatura em Direito na Universidade Clássica de Lisboa. Na qualidade de jurista, desempenhou as funções de juiz em Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Portugal¹⁶. Suas narrativas versam sobre a seca, a fome e a emigração, mas ao contrário das outras obras analisadas nesta dissertação, a obra de Gabriel Mariano confere certa centralidade a personagens que fogem do espectro rural, como funcionários públicos e outras pessoas que passam suas vidas majoritariamente nas cidades. Suas principais narrativas foram reunidas no volume *Vida e Morte de João Cabafume*, de 1976.

Sobre essa obra especificamente, seguem as palavras de Ricardo Riso:

Por seu caráter de incisiva contestação social, a pequena narrativa de “Vida e Morte de João Cabafume”, que dá título à antologia de contos do autor, componente da coleção Palavra Africana da editora portuguesa Vega, 2001, nos apresenta uma história breve e de vida pungente do personagem-título, personagem-tipo do período colonial, na qual o narrador dialoga conosco chamando a atenção para os descaminhos da vida de João Cabafume: “Moço, entende direito o que te vou contar. João Cabafume não foi um qualquer. Ele não era como um eu, ou como um tu que estendemos as mãos para outro pôr corda. Morreu no meio da baía numa noite

¹⁶ <http://brito-semedo.blogs.sapo.cv/310120.html> (acesso 25/01/2018 - 01:30h)

de lua cheia. Não, moço, não foi destino. João Cabafume não teve destino. (...) Destino queria matá-lo de fome.¹⁷

Essa antologia é composta por nove contos, cada qual trata de temas distintos, mas todos trazem traços comuns que possibilitam compreender a preocupação do autor em retratar o cotidiano popular de Cabo Verde sob diferentes pontos de vista a partir de personagens que ocupam posições sociais diversas, desde funcionários públicos que logram fornecer algum conforto a suas famílias até mendigos que, incapazes de trabalhar, sobrevivem da caridade alheia.

Já no primeiro conto, intitulado *O Rapaz doente*, as posições sociais das personagens são contrastadas de forma explícita e contundente, ao mesmo tempo em que o autor reafirma, através das duas personagens principais, alguns traços identitários do povo cabo-verdiano, como a resignação perante o destino e a religiosidade. A esse respeito Rosemari Calzavara afirma em um artigo de 2011:

Nesta narrativa que ora analisamos, nos deparamos com uma dualidade social bem definida na qual uma representante da pequena-burguesia cabo-verdiana (D. Maninha) se vê numa situação de desconforto ao receber por encomenda um ilhéu doente, enviado por seu marido, para que ela lhe desse tratamento e cura.

O esforço de D. Maninha para cumprir o pedido do marido e exercer o seu papel de cristã é exatamente do mesmo tamanho da vontade que ela tem de livrar-se rapidamente daquela “encomenda problemática”, ela faz tudo o que está ao seu alcance, mas o faz de tal maneira que lhe garanta a certeza de que o rapaz voltará para o lugar de onde veio. (2011, p. 73)

Além da “obrigação cristã” de D. Maninha, que aparenta ser a força maior que motiva e justifica suas ações no sentido de cumprir a tarefa que lhe foi dada

¹⁷ Disponível em <http://ricardoriso.blogspot.com.br/2011/06/gabriel-mariano-vida-e-morte-de-joao.html>, acesso em 17/06/2017.

pelo seu marido, o conto dedica grande atenção à aceitação plena e incontestada com que o rapaz enfrenta sua doença, sem desespero ou grandes esperanças de salvação, como se sua doença fosse parte da ordem natural das coisas contra a qual ele nada podia fazer. Essa passividade frente à doença acaba tomando, ao longo do conto, uma dimensão social e cumprindo a função de denúncia contra o descaso das autoridades contra os pobres, como fica explicitado na fala de um enfermeiro que D. Maninha procura na tentativa de internar o rapaz e, simultaneamente, resolver e se livrar do problema:

- Sabe minha senhora, a culpa não é nossa... São ordens... E ia acrescentando pesaroso, que todos os dias apareciam casos como aquele: tudo quanto se fazia era dar consulta e receitar. Se o doente pudesse, tratava-se, se fosse pobre... paciência. (p. 32)

A denúncia contra a condição de pobreza experimentada pela maioria da população do arquipélago é um tema que perpassa toda a antologia. Durante a maior parte do tempo esse tipo de crítica se dá na forma de colocações sutis, mas, em alguns momentos, assume um teor mais ácido e mais direto, revelando a grande preocupação de Gabriel Mariano com as injustiças sociais e demais temas a esse correlatos. No conto que dá nome ao livro, *Vida e Morte De João Cabafume*, um diálogo entre os personagens João Cabafume e Bia dá mostras de quão diretas as críticas sociais do autor podem ser:

- Gentes, eu gostaria de saber uma coisa: porque é que pobre vai à igreja, reza quando deita e nunca sai da pobreza?

- Nhô padre falou que pobre quando morre vai para o céu.

- E rico?

- Rico... não sei...

- Rico não vai.

- Rico deve ir...

- Rico nunca foi.

- Rico bom vai.

- Não tem rico bom, Bia... (p. 72)

Em alguns pontos, as críticas sociais de Gabriel Mariano assumem um tom provocador, como nessa fala de um personagem: “Titia, porque é que os anjos são todos brancos e loiros? Eu nunca vi um anjo preto nem de cabelo ruim... Você já viu?” (p. 111). Em conjunto com esse tipo de alerta para as questões relativas à discriminação racial e à desigualdade social, Mariano por vezes propõe, por meio de seus personagens, alternativas um pouco mais radicais que chegam a conter traços de insurgência e revolta, como quando João Cabafume afirma que “burro é que trabalha só para comer” e que “remédio bom não é para todos” (p. 75); ou, mais claro ainda, na indagação de Caduca, no conto homônimo:

Nhô Crisóstomo falou que não tem trabalho. Por isso todo mundo deu nome e vai para o Sul. Mas se ninguém saísse? Se todos de repente resolvessem ficar? Questão é fincar pé e pedir trabalho. (p. 91)

Apesar da marcante presença desse viés questionador e, ainda que timidamente, revolucionário presente nos contos de Gabriel Mariano, o autor não deixa de abordar aqueles aspectos e temas que, conforme já demonstrado nesta dissertação, fazem parte da formação identitária do povo cabo-verdiano. O fascínio pelo mar: “Mar é homem de respeito. Quando vira doido ninguém pode. (p. 64)”; a tragédia da seca e da fome, acompanhada da migração forçada: “Já ninguém esperava que a chuva voltasse. E começou a fuga do povo. A Vila ficava longe.... Mas na Vila, ao menos, a morte seria mais lenta”. (p. 98); a inclinação religiosa da população: “E chuva vem de Deus. Se Nossenhora manda chuva tem milho, se Nossenhora não manda chuva donde milho?” (p. 88). Todos esses elementos que ajudam a compor a identidade

cultural do arquipélago se fazem representados, com maior ou menor relevância, na antologia *Vida e Morte de João Cabafume*, assim como estão todos presentes nas demais obras analisadas.

Alguns contos retratam mais especificadamente algumas dessas temáticas, ao desenvolver a narrativa em torno de uma delas. É o caso, por exemplo, do conto *Titia*, que se desenrola ao redor do tema emigração; a personagem título vive em Lisboa e através dela são expostos os destinos de seus filhos:

Como vocês já sabem Titia tem três filhos: Nhonhô, Lela e Zulmira. Lela continua fazendo paródia em S. Vicente, Zulmira vive com um brasileiro na Argentina e Nhonhô é o tal que trabalha em Moçambique e deve chegar para a semana em gozo de licença graciosa. (p. 116)

Já o conto *Ti Lobo*, nomeado em referência a uma história folclórica bem conhecida em Cabo Verde e reproduzida em alguns livros infantis, gira em torno da temática da seca, retratando de forma contundente a calamidade pública causada pelas estiagens prolongadas que de tempo em tempo assolam o arquipélago:

Um dia, tinha nessa altura doze anos, João sentiu fome. Os pais também sentiram fome. Os pais, as outras pessoas, todo mundo nas Queimadas sentiu fome. Os homens começaram por vender as mobílias. Depois arrancaram as fechaduras e as batentes das portas e venderam. Aqueles que tinham casa cobertas de telhas trocaram as telhas por comida. As terras também foram vendidas porque já ninguém acreditava que chuva voltasse. Os trapiches já não rodavam e os botes apodreciam na ourela do mar. (p. 97)

A decisão de vender até mesmo as terras em troca da sobrevivência não chega a parecer estranha por si só, uma vez que tudo, até mesmo as fechaduras e os batentes das portas eram vendidos, mas o que mais chama a atenção é a justificativa do narrador: as terras eram vendidas porque a estiagem era tão

prolongada que ninguém mais acreditava no retorno das chuvas, o que demonstra o nível de desespero e principalmente o nível de descrença no futuro que acometia a população. Essa falta de fé no futuro talvez seja a questão de fundo que explica outros elementos presentes nesses contos e também nas outras obras analisadas nesta dissertação, como o sentimento de resignação e a opção pela emigração enquanto alternativa de se obter melhores condições de vida.

A saga das as-secas e das graças de Nossenhonor

Onésimo Silveira, autor dessa obra, datada de 1991, foi um proeminente escritor de Cabo Verde, crucial para o início do trabalho em conjunto com a Guiné para o funcionamento do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Nascido em 1935, na cidade do Mindelo na ilha de São Vicente, morou na China, na Suécia, e em diversos países africanos, entre exílios e representações diplomáticas que exerceu em nome das Nações Unidas durante o tempo em trabalhou como embaixador para os refugiados nessa organização.

Adelino Torres, professor Catedrático da Universidade Lusófona de Lisboa e membro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, enumera alguns “objetivos de vida” que compartilhava com Onésimo Silveira e que dizem muito sobre as preocupações e sobre os ideais do autor de “*A saga das As-secas e das Graças de Nossenhonor*”:

Ideais pela libertação de África;

Luta contra as injustiças feitas ao continente africano;

Defesa, em todos os momentos (e até hoje) das ideias de liberdade, de democracia humanista;

Partilha do património que pertence a todos aqueles que ainda se lembram do que foi o colonialismo e que dele não têm boas recordações. (2012, p. 184)

Ainda segundo Torres, Onésimo Silveira era um autor marcado pela tentativa de “reivindicação da identidade de uma nação maltratada” e que escrevia com um tom de protesto social produzindo versos

...cujo realismo e força poética são evidentes, arrancam a máscara da aparência e trazem à luz a face oculta de um sofrimento visível ou velado que marca a ferro e fogo a

tragédia de um povo e de uma nação com uma identidade própria... (2012, p. 185)

A relevância maior de se trazer uma obra de Onésimo Silveira para essa dissertação é que este autor tentou abertamente fazer uma espécie de oposição à *Claridade*, na medida em que ele considerava a ação dessa revista conservadora no que dizia respeito ao confronto colônia x metrópole; em suas próprias palavras:

Alguém venha um dia a descobrir que eu, acima de tudo, sonhava construir uma poesia que constituísse contraponto sociopolítico ao que uma vez chamei de “evasionismo” da literatura claridosa, isto é, de uma deliberada intenção de não enveredar por caminhos que conduzissem à confrontação política com a administração da então Colónia de Cabo Verde. (Silveira, 2008: p.16, *apud* Silva, 2014, p.39).

Possuidor de um inconformismo social que funcionava como força motriz de sua literatura, Onésimo Silveira tentava ir mais além que os claridosos, enxergando a atividade literária não somente como uma atividade social, mas como um mecanismo capaz de dar voz às denúncias e críticas ao colonialismo que se faziam necessárias para a afirmação de uma identidade verdadeiramente cabo-verdiana. Para Silveira, o arquipélago era

...duas pátrias a coexistir no mesmo espaço nacional: uma pátria lusa, culturalmente próxima e geograficamente distante; uma pátria cabo-verdiana brindada pela esperança, negada pela adversidade. (2005, p.305; *apud* Silva, 2014, p. 132)

Assim, como a própria história do arquipélago, a literatura cabo-verdiana se estabeleceu ao seguir um percurso “passando para uma afirmação regional arquipelágica, por uma afirmação no contexto africano, para terminar numa inscrição ao nível universal”. (SILVA, 2014, p. 132).

Na *A saga das as-secas e das graças de Nossa Senhora*, Onésimo Silveira registra uma espécie de pintura das condições de vida em Cabo Verde ao contar a história de vida de dezenas de personagens que, ainda que não tenham influência direta sobre o arco principal do livro, expõe ao leitor os costumes e principalmente as aflições sofridas pelo povo do arquipélago.

Em resumo, *A saga das as-secas e das graças de Nossa Senhora* é o primeiro de três romances que abordam momentos diferentes da vivência típica das Ilhas de Cabo Verde. É seguido por a "*Saga Daquele Homem*" e "*A Saga da Insuficiência dos Orçamentos Domésticos*". Em "*A Saga das As-Secas e das Graças de Nossa Senhora*", Onésimo Silveira apresenta a vida do narrador, Nê, em primeira pessoa, num percurso que o leva da Ilha de São Vicente onde nasceu à Ilha de Santo Antão, descrevendo um momento em que a seca prolongada assola o arquipélago e deixa aos habitantes, como alternativa à fome, a emigração para São Tomé, mesmo que para se sujeitarem ao trabalho escravo das roças.

Os principais elementos formadores da identidade cabo-verdiana se fazem sentir nessas histórias, a seca e sua consequência imediata, a fome, estão presentes, de uma forma ou de outra, nas vidas de todos. A religiosidade também parece ser um traço unânime na formação do carácter das personagens; e Onésimo Silveira pincela na vida das personagens outras questões importantes para a formação da identidade cultural cabo-verdiana abordadas ao longo desta dissertação: há personagens que emigraram para a América do Norte, há personagens que estavam envolvidos de corpo e alma com episódios políticos de Portugal, há também personagens que viam nas outras colônias portuguesas na África possibilidades de crescimento pessoal.

O próprio título do livro já dá a pista da importância central que a seca e a religiosidade terão ao longo da narrativa, e logo no começo da história, o autor reforça essa ideia ao narrar as conversas que mantinham com uma personagem mais velha, que fazia as vezes de mãe durante a época em que o personagem narrador saiu da ilha de S. Vicente para passar uma temporada na ilha de Santo Antão:

Falava-me de Fajã, das secas e dos Mandamentos, que eram tópicos obrigatórios. As secas, afiançava nha Pimpinha, nunca são uma ingratidão da terra. São, sim, castigo que desce sobre as ilhas, por via da malignidade dos pecadores, que desrespeitam a lei das Escrituras nos anos de boas águas. (1991, p. 20)

Esse trecho permite observar outro aspecto presente em toda a narrativa de *A Saga* e também nas outras obras analisadas: uma espécie de resignação silenciosa e obstinada às temperanças da vida, como se a seca e as dificuldades relativas a ela fossem desígnios do destino, ou de Deus, possibilidade em que caberia ao povo cabo-verdiano a tarefa de suportar essas condições de vida difíceis pacificamente, sem jamais perder a fé e a esperança. Isso também pode ser lido como um traço de resiliência, uma demonstração de força por parte dos cabo-verdianos ao, apesar de todas as dificuldades, manter um vínculo com a terra natal e rejeitar abandoná-la sem antes exaurir todas as possibilidades de permanência.

Aqui cabe um parêntese para fazer um paralelo com a história: essa perspectiva de resignação e resiliência condiz com um período histórico de Cabo Verde e com a maneira como parte da identidade cultural do arquipélago foi forjada. O PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, a título de exemplo, conseguiu reunir tropas e fomentar lutas armadas na Guiné-Bissau, mas no arquipélago o PAIGC se limitou a agir na clandestinidade, ainda sim buscando a independência. Isso ocorreu muito por fatores pragmáticos, como a dificuldade de se mover e sustentar tropas em ambiente insular sem uma marinha organizada, mas talvez, e isso é apenas uma especulação, a própria identidade cultural do arquipélago tenha impedido que o movimento separatista tomasse contornos de uma insurgência revolucionária mais radical como aconteceu na vizinha Guiné-Bissau, desestimulando um conflito direto que envolvesse confrontos armados.

Voltando à questão da resiliência, esta outra passagem do livro deixa bastante claro esse sentimento que beira a resignação por parte da população cabo-verdiana perante às dificuldades da vida:

A tragédia é que ditava a lei nos anos sem chuva. Eu já sabia que a fome matava: em silêncio, sem protesto e sem alvoroço. (1991, p. 13)

A criação em um meio católico da maioria da população de Cabo Verde também se faz sentir entre os fatores causadores desse sentimento de resignação, como demonstra esta passagem:

As as-águas e as boas colheitas são graças de Nossenhor. As as-secas mais o transtorno em que afogam as criaturas são o castigo divino que ninguém deve contestar. (1991, p. 21)

Embora, principalmente no início do livro, Onésimo Silveira demonstre em diversas passagens essa forma obstinada de o povo resistir às adversidades, o autor também dá voz, através de falas de alguns personagens, à insatisfação com o sistema de administração colonial que acaba favorecendo a desigualdade social, privilegiando os ricos e os donos de terras e condenando as camadas mais pobres da população à fome e a outras privações, como exemplificam esses trechos:

Pense, no entanto, nesta verdade: os que vivem do cabo da enxada é que pagam as as-secas. Os ricos, se são deveras filhos de Nossenhor, devem dar mostras de responsabilidade. (1991, p. 29)

...se não cai chuva, nosso único remédio é apertar corda na barriga e aprobece. E calados! Ocês estão todos a entender? Calados mais do que pedra, porque gente calada é que é gente. Quem fala é demandista, é contra-nação, não sei mais o quê. (1991, p. 61)

Esse tipo de crítica social, que de certa forma, ainda que muito sutil, acusa algum medo por parte da população do arquipélago à uma possível repressão aos “demandistas”, é relativamente comum à obra de Onésimo Silveira, pelo menos em comparação às obras publicadas por outros autores nos anos

anteriores, que, talvez por herança da *Claridade*, se concentravam mais em descrever a vida nas ilhas e em ressaltar a identidade cabo-verdiana que em tecer críticas sociais ou políticas. Silveira também cumpre esse papel de registrar nos seus escritos o modo de vida e a cultura do arquipélago, mas os pontos de vista críticos ganham certa centralidade, na sua obra como um todo e também nesse livro.

Além de críticas à desigualdade social, exemplificadas nos trechos acima, é possível encontrar em *A saga das as-secas e das graças de Nossenhora*, denúncias contra o racismo, que o autor indica não ser tão comum em Cabo Verde quanto no continente americano:

Na América do Norte, na Argentina, no Brasil, eu tinha acabado por entender que preto é coisa sem ciência. (...) Nas docas da América do Norte, havia guardas postados a entrada de cada bar, armados até aos dentes, para estancar preto. (1991, p. 63)

O elitismo de parte da população não passa despercebido pelo autor, que tece algumas críticas a essa faceta de parte dos habitantes da ilha, como exemplificado neste trecho:

O Capitão Mota Carmo porfiara em limpar S. Vicente de toda casta de patifaria e voluntareza: das raparigas que viviam da barra da saia, dos rapazes desordeiros, que desmanchavam bailes e metiam-se em brigas com a tropa. Eram uma mancha para a cidade, sobretudo nos dias em que barcos de passageiros enchiam as ruas de estrangeiros. (1991, p. 80)

E há também críticas de ordem política, da parte do narrador, principalmente no que diz respeito à instalação da república em Portugal para substituir a monarquia constitucional que regia a metrópole e as colônias até então:

... ninguém tinha conseguido explicar-lhe porque é que gente-branca, com tanta propriedade, haveria de chorar

por via de um rei, que morava num palácio lá para as bandas de Lisboa. (1991, p. 74)

Os seus dois filhos mais velhos frequentavam a universidade em Portugal. Conforme testamento de Dr. Leopoldino, recaía sobre eles a nobre herança de lutar corajosamente e sem tréguas para resguardar os alicerces da família dos ventos de subversão que sopravam sobre Portugal e se faziam já sentir nas suas terras do ultramar. (1991, p. 116)

Ao contar a história do Dr. Leopoldino, citado nessa passagem acima, Onésimo Silveira aproveita para ressaltar o modelo arcaico de colonização que vigorou pela maior parte da história de Cabo Verde, o sistema de regadios, onde a coroa portuguesa doava terras para alguns nobres que tinham a tarefa de as repartir em lotes a serem arrendados a famílias de colonos:

... as propriedades dos Oliveiras eram regadios de produção variada e garantida. Desde os tempos dos bisavôs de Dr. Leopoldino eram cultivados de-meias por famílias de estimação e confiança comprovada. (1991, p. 104)

Em outro trecho Silveira demonstra como os regadios se perpetuavam por meio do mecanismo de herança e como isso conferia alguma dignidade ou respeitabilidade aos descendentes dos proprietários:

Nhô Júlio Silva e dona Ermelinda Silva descendiam dos donos da terra, que tinham recebido a ilhas das mãos da coroa portuguesa por volta do século XVI. (1991, p.40)

Além dessa importância dada aos aspectos históricos das ilhas, Silveira destaca ao longo de todo o livro outro ponto muito relevante para a formação da identidade cabo-verdiana: a emigração. Mas ao contrário de outros livros, como *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, na *A saga* há um destaque maior para a emigração de Cabo Verde para outras regiões da África, além da diáspora

maior representada pelos emigrados para os Estados Unidos da América. Um exemplo dessa maior atenção à migração dentro da própria África é uma passagem relativamente grande dedicada a uma personagem que queria emigrar para São Tomé, embora o autor deixe a entender que as condições de vida lá não eram muito melhores, sendo inclusive destino comum dado à alguns exilados de Cabo Verde, isso pode ser percebido na em uma das falas dessa personagem:

Se São Tomé é pior do que Cabo Verde, deviam chamar-lhe era inferno. Assim eu iria do purgatório direito para o inferno, sem errar de caminho ou de direção. (1991, p.159)

Mas o interessante nessa obra de Silveira, no que tange à emigração, é que ele trata o assunto como se emigrar fosse uma forma de escape, uma maneira de aqueles que se sentiam desamparados em Cabo Verde, sem perspectiva de melhoria de vida, tentarem mudar o seu destino para melhor. O que acaba por transmitir a ideia de que a sociedade do arquipélago era razoavelmente rígida em termos de mobilidade social.

A emigração parecia ser a única solução. Senão Nicolau seria obrigado a escolher entre ser escravo da enxada ou ser servente da Fazenda. (1991, p. 129)

Para tentar a sorte no estrangeiro, principalmente em épocas de baixa produtividade agrícola, o livro relata que muitos cabo-verdianos frequentavam os portos à espera de uma oportunidade de trabalho em algum navio, por vezes a contragosto da tripulação:

...os vapores que desciam da Europa e costumavam deixar algum recurso, passavam agora ao largo, para evitar roubo e passageiro clandestino... (1991, p. 51)

A saga das as-secas e das graças de Nossenhora, ao fim e ao cabo, leva o leitor a um passeio pelo cotidiano do povo das ilhas de S. Vicente e Santo Antão,

através de personagens que ocupam diversas classes sociais e que ostentam diferentes visões de mundo sobre a situação do arquipélago durante a primeira metade do século XX. E nesse caminho, Onésimo Silveira desfralda com maestria todos esses aspectos identitários e essas críticas mencionadas acima.

Considerações finais

Ao analisar a literatura de Cabo Verde, levando-se em conta os principais aspectos de sua formação e sem perder de vista os processos históricos que moldaram tanto o desenvolvimento cultural do arquipélago quanto o nascimento e o florescimento da literatura cabo-verdiana em si, fica patente que algumas questões muito singulares a Cabo Verde e muito importantes do ponto de vista social e cultural se destacam. A primeira delas, e certamente uma das mais relevantes, é a influência exercida sobre a literatura das ilhas por três polos distintos em três diferentes momentos a partir do final do século XIX e ao longo do século XX. O forte vínculo com Portugal inicialmente, época em que as produções literárias e culturais eram inspiradas e referendadas por quaisquer movimentos que estivessem em voga na então metrópole do arquipélago; em um segundo momento, já a meados da década de 30, a busca por referências externas que guardassem semelhança com a realidade cabo-verdiana mas que fugissem do estigma colonial português, que acabou por aproximar os escritores e intelectuais de Cabo Verde às publicações modernistas brasileiras, sobretudo do nordeste do Brasil; e por fim uma maior aproximação com a África, em linha com as movimentações políticas que culminaram com a formação do estado nacional cabo-verdiano marcando o fim do período colonial.

Paralelamente a essas questões mais relacionadas ao perfil histórico do arquipélago, alguns elementos identitários, por tão pesadamente marcarem o cotidiano dos habitantes das ilhas, conquistaram um lugar de centralidade nas obras literárias dos escritores de Cabo Verde, em especial os flagelos da seca e da fome, mas também a forte presença do mar, a língua crioula, a morna, a religiosidade e o alto índice de emigração. Todos os quatro livros analisados em algum momento citam cada um desses elementos, privilegiando uns ou outros conforme o desejo e a experiência pessoal dos quatro autores. Importante também ressaltar que a ideia base da revista *Claridade*, que teve seu primeiro número publicado em 1936, “fincar os pés na terra”, se faz presente com maior ou menor intensidade em todas as obras analisadas,

comprovando a relevância fundamental que essa publicação desempenhou na formação da literatura de Cabo Verde.

Dentre essas influências históricas e identitárias, *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, favorece principalmente o tema da migração, tanto interna ao arquipélago com a viagem necessária aos estudos de S. Nicolau a S. Vicente quanto externa, com a decisão final de migrar para a América; e dá centralidade também ao tema da busca por referências culturais que fugissem do que era comumente propagado na Cabo Verde colonial, dependente e subserviente a Portugal, com a criação dentro da narrativa do livro do Grêmio estudantil, que pode ser tomada como uma referência quase que explícita à criação no mundo real da revista *Claridade*, da qual Baltasar Lopes foi um dos fundadores.

Já o romance de Manuel Lopes, outro fundador da *Claridade* ao lado de Jorge Barbosa, *Os Flagelados do Vento Leste*, confere centralidade total ao drama da seca e das consequências nefastas ocasionadas por ela, como a fome, a emigração forçada e a perda de perspectiva no futuro que leva alguns personagens a até mesmo abandonar valores morais que outrora pareciam enraizados em suas personalidades, como quando dona Zepa recebe um saco de comida de Leandro mesmo sabendo ser roubada, embora em um momento anterior da narrativa tenha dito explicitamente preferir morrer de fome a aceitar produto de roubo, para ficar em um exemplo. Mudando um pouco o foco do aspecto identitário e pensando na questão das influências históricas, essa obra de Manuel Lopes, um pouco mais que as outras, guarda semelhanças indiscutíveis com o livro do escritor brasileiro Graciliano Ramos *Vidas Secas*, o que demonstra a importância dos modernistas nordestinos para a literatura cabo-verdiana de meados do século XX.

Vida e morte de João Cabafume, escrito por Gabriel Mariano, até por não ser uma narrativa única, mas sim uma coletânea de contos, abrange uma gama maior desses elementos identitários, abordando com centralidade diferentes temas em diferentes contos, como foi já demonstrado nesta dissertação. Detalhe importante é a presença nessa obra de crítica sociais bem mais incisivas do que pode ser observado nas outras três, resultado provável do contexto político em que ela foi lançada, apenas um ano após a independência. Mas é interessante notar que apesar de o livro ter sido lançado em 1976, ele

ainda guarda muitas semelhanças com as obras da geração anterior, frutos diretos da *Claridade*, e, portanto, guarda algumas semelhanças com os modernistas brasileiros, como por exemplo a preferência por focar em narrar histórias de personagens cujo estilo de vida se baseia no cotidiano de pessoas comuns, como tão bem fez Jorge Amado.

O último dos livros analisados nesta dissertação, *A Saga das As-secas e das Graças de Nossa Senhora*, obra de Onésimo Silveira, se assemelha a uma pintura panorâmica da vida cotidiana da população do arquipélago, em que se deslinda as histórias de uma infinidade de personagens pontuando quase todos os aspectos identitários mencionados acima, principalmente aqueles que envolvem a religiosidade do povo. Esse livro chega, por vezes, a causar a impressão de que a preocupação maior do autor era estabelecer um registro, ainda que ficcional, do modo de vida e dos costumes da população do arquipélago, usando para isso várias histórias paralelas à narrativa principal.

No decorrer da pesquisa que fundamentou esta dissertação, ficou evidente, não só pelas obras analisadas, mas também pelo trabalho de outros pesquisadores, muitos dos quais aqui citados, que a literatura se relaciona com o espectro identitário de um povo por duas vias complementares, pelo menos no caso da história recente de Cabo Verde, objeto imediato desta pesquisa: a literatura tanto influencia diretamente a identidade cultural quanto acompanha os movimentos sociais e políticos da população, que por sua vez também moldam a identidade da nação. Para evitar uma repetição desnecessária de tudo o que já foi explicitado ao longo desta dissertação, vale ressaltar dois exemplos suficientemente ilustrativos dessa relação:

A revista *Claridade*, ao propagar as ideias de Gilberto Freyre sobre miscigenação e ao estabelecer “fincar os pés na terra” como meta de seus colaboradores e de seus adeptos, conseguiu plantar a semente de uma visão sobre os cabo-verdianos que os afastava, ainda que timidamente, da identidade portuguesa, o que viria a criar a base de um sentimento nacionalista que acabou por levar Cabo Verde à independência. Sem a ideia de fundo sustentada pelos claridosos, nem Portugal nem África, é possível tanto que o *status* do arquipélago hoje fosse semelhante ao restante da Macaronésia: uma região autônoma de Portugal, quanto é possível que as ilhas formassem um

estado conjunto com Guiné-Bissau, como inicialmente defendiam alguns dos fundadores do PAIGC.

Já o exemplo mais patente de como a literatura acompanhou o desenvolvimento político-identitário de Cabo Verde é o caso de Amílcar Cabral, também pelas obras de sua própria autoria, mas principalmente pela mensagem de apelo que ele transmitiu aos intelectuais e escritores do arquipélago, incitando-os a difundir, através de seus escritos, o sonho da independência; mensagem de tal forma ilustrativa da íntima relação entre literatura e sociedade que melhor não há para dar fim à esta dissertação:

O sonho da evasão, o desejo de 'querer partir' não pode eternizar-se. O sonho tem de ser outro, e aos poetas – os que continuam de mãos dadas com o povo, de pés fincados na terra e participando no drama comum – compete cantá-lo.

Bibliografia

ANJOS, José Carlos dos. **Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem**. Porto Alegre. Horizontes Antropológicos, ano 6, n.14, p. 177-204, 2000.

_____, **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**: lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006.

ASSIS, Maria Isabel Azevedo. **Os Flagelados do Vento Leste e Vidas Secas**: o espelho da realidade social e psicológica dos ambientes e sua gente como um laço entre a literatura brasileira e a cabo-verdiana. Revista Crioula, nº 6, novembro, 2009.

CALZAVARA, Rosemari Bendlin. **Narrar, Contar... Histórias de Cabo Verde**. *Unopar*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 71-74, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: 1º Volume (1750 – 1836), 9ª edição, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2000.

CARREIRA, António. **Cabo Verde**: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878), 2ª. ed., Lisboa, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. **As trajectórias dos fundadores do PAIGC (1923 – 1960)**. IICT, Atas do colóquio internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência. Lisboa, 2012.

ELÍSIO, Filinto e SOUTO, Márcia. **Claridosidade**: Edição Crítica. Rosa de Porcelana Editora. Lisboa, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 48ª Edição São Paulo: Global Editora, 2003.

FURTADO, Cláudio Alves. **Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde**: as marcas do silêncio. Salvador, BA. Revista Afro-Ásia, n. 45, p. 143-171. 2012.

GARRIDO, Taciana A. **A revista Claridade sob uma perspectiva triangular**: África-Portugal-Cabo Verde. Belo Horizonte, MG. XVIII Encontro Regional ANPUH-MG. 2012.

GIMENEZ, Izabel Cristina Sousa. **Os flagelados do vento leste, de manuel lopes: uma leitura da práxis discursiva**. Revista Trama, Volume 9, Número 17. 1º Semestre de 2013, p. 81 – 93.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ. Editora DP&A, 11ª edição, 2011. Open University Press, 1992.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: A crítica e o modernismo**. São Paulo, SP. Editora Duas Cidades, 1974.

LOPES, Baltasar. **Chiquinho**. São Paulo, SP, Editora Ática, Autores Africanos nº 25, 1986.

LOPES, Manuel. **Tomada de vista - Claridade**: revista de artes e letras. Sociedade de Tipografia e Publicidade, São Vicente, n.2, p.5-6, 1936.

_____. **Os flagelados do vento leste**. Círculo do Livro, São Paulo, SP.

MARCOS, Eidson Miguel da Silva e QUEIROZ, Amarino Oliveira de. **Entre famintos e brutos**: representação e crítica social em Luis Romano e José Bezerra Gomes. UFRN. Natal, 2011.

MARIANO, Gabriel. **Vida e morte de João Cabafume**. Editora Veja, Palavra Africana. Lisboa, Portugal, 1989.

MARTINS, Amarilis Barbosa. **Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA-ROTH, Désirée, HENDGES, Graciela R. **Produção textual na universidade**. São Paulo. Parábola Editorial. 2010.

MUDIMBE, V. Y. **A Ideia de África**. Luanda: Edições Pedagogo, 2013.

OIT. **Migração em Cabo Verde: Perfil Nacional 2009**. Suíça, 2010.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. **Cabo Verde narrado em Caleidoscópio: anotações sobre a cartografia afetiva de Maria Helena Sato**. II CNAB, Espírito Santo, 2014.

RIBEIRO, Margarida Calafate, JORGE, Sílvio Renato (org.). **Literaturas Insulares: Leituras e Escritas Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

SALLA, Thiago Mio. **A revista Claridade e o discurso freyreano: regionalismo e aproximação entre a elite letrada cabo-verdiana e a metrópole portuguesa nos anos 1930**. Via Atlântica, São Paulo, n. 25, 103-117, julho 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SEIBERT, Gerhard. **Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias**. Afro-Ásia [online]. 2014, n.49, pp. 41-70.

SEMEDO, Manuel Brito. **O modelo brasileiro e a literatura moderna cabo-verdiana: Estudo comparado**. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo, 22-23: 253-265, 1999/2000/2001.

SILVA, Pedro dos Santos. **Ler melhor através dos temas e mitos na literatura cabo-verdiana – uma análise comparativista**. Lisboa, Universidade Aberta, 2014.

SILVEIRA, Onésimo. **A saga das as-secas e das graças de Nossenhör.** Publicações Europa-América Lda, Portugal, 1991.

SOUZA, Ricardo S. R. **Afirmando outras versões da história...** Memória e identidade nas poéticas de Éle Semog e José Luis Hopffer Almada. CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 2014

TADEI, Emanuel Mariano. **A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional.** Psicologia, Ciência e Profissão, 2002.

TORRES, Adelino. **Elogio do escritor caboverdiano Onésimo Silveira.** Revista Angolana de Sociologia, 10 | 2012, 183-192.

Revista de Estudos Cabo-Verdianos. Praia, Edições UniCV, Nº 3 Ano III, Dezembro, 2009.